



CONTA DE GERÊNCIA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 2022



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

BICENTENÁRIO
CONSTITUCIONALISMO
PORTUGUÊS

Celebração do Bicenténário do Constitucionalismo Português
Estudo de pormenor realizado para a tela semicircular, executada pelo pintor Veloso Salgado, que decora a parede da presidência da Sala das Sessões e que retrata as Cortes Constituintes de 1821

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2022

RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2022



XIV LEGISLATURA
1 de janeiro a 28 de março

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela

Fernando Mimoso Negrão

José Manuel Marques da Silva Pureza

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Nelson Ricardo Esteves Peralta

Ana Cristina Cardoso Dias Mesquita

Vice-Secretários da Mesa

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Ana Sofia Ferreira Araújo

Helga Alexandra Freire Correia

Lina Maria Cardoso Lopes

Conselho de Administração

Eurídice Maria de Sousa Pereira
Presidente

José Maria Lopes Silvano
Representante do GP do PSD

Isabel Cristina Rua Pires
Representante do GP do BE

Duarte Le Falher de Campos Alves
Representante do GP do PCP

João Rodrigo Pinho de Almeida
Representante do GP do CDS-PP

Paula Inês Alves de Sousa Real
Representante do GP do PAN

Mariana da Conceição Pereira da Silva
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários
Parlamentares

XV LEGISLATURA
29 de março a 31 de dezembro

Presidente da Assembleia da República

Augusto Ernesto Santos Silva

Vice-Presidentes

Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela

Adão José Fonseca Silva

Secretários da Mesa

Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha

Palmira Maciel Fernandes da Costa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Lina Maria Cardoso Lopes

Vice-Secretários da Mesa

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira

Tiago Estevão Martins

Helga Alexandra Freire Correia

Conselho de Administração

Eurídice Maria de Sousa Pereira
Presidente

José Maria Lopes Silvano
Representante do GP do PSD

André Claro Amaral Ventura
Representante do GP do CH

Carla Maria Proença de Castro Charters de Azevedo
Representante do GP do IL

João Manuel Ildefonso Dias
Representante do GP do PCP

Joana Rodrigues Mortágua
Representante do GP do BE

Albino de Azevedo Soares
Secretário-Geral

Dalila Xavier Dias Maulide
Representante dos
Funcionários Parlamentares

Glossário

ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar da NATO
APOSCE	Assembleia Parlamentar da OSCE
AR	Assembleia da República
ARPPUE2021	Dimensão Parlamentar da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeias
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASG-PLP	Associação dos Secretários-Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG-UIP	Associação dos Secretários-Gerais da União Interparlamentar
BE	Bloco de Esquerda
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CDS-PP	Centro Democrático e Social – Partido Popular
CIMEC	Comissão Independente de acompanhamento e Fiscalização das Medidas especiais de Contratação Pública
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFSIRP	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CH	Partido Chega
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DURP	Deputado Único Representante de Partido
EAI	Entidades Autónomas Independentes
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
IL	Partido Iniciativa Liberal
L	Partido Livre

LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
Me-CDPD	Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
NINSC	Deputado(a) Não Inscrito(a) em Grupo Parlamentar
PAN	Partido Pessoas Animais e Natureza
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PNTL	Parlamento Nacional de Timor-Leste
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RLE	Resultados Líquidos do Exercício
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIAR	Sistemas Integrados da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas
VAR%	Variação da Execução (percentagem)

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	15
1.1 OAR 2022	15
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2022	18
2. ATIVIDADES PARLAMENTARES	23
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	25
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	27
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	29
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	30
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	30
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	33
3. ATIVIDADES DE APOIO	34
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	36
3.2 FORMAÇÃO	37
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	37
3.4 FUNCIONAMENTO	39
4. ATIVIDADE EDITORIAL	44
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	46
5.1 BILATERAL	46
5.2 MULTILATERAL	46
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	48
7. INVESTIMENTOS	50
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2022	50
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2023	53
8. FINANCIAMENTO	54
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	54
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	56
9. EXECUÇÃO FINANCEIRA	57
9.1 DAS DESPESAS	57
9.2 DAS RECEITAS	59
10. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	61
NOTA FINAL	69

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2022	17
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
QUADRO 3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	19
QUADRO 4	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	21
QUADRO 5	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	24
QUADRO 6	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A "ATIVIDADE PARLAMENTAR"	25
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES	29
QUADRO 8	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	31
QUADRO 9	PARTICIPAÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	32
QUADRO 10	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS DESPESAS	33
QUADRO 11	ENCARGOS COM AS "ATIVIDADES DE APOIO"	34
QUADRO 12	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM "ATIVIDADES DE APOIO"	35
QUADRO 13	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	50
QUADRO 14	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	50
QUADRO 15	PROJETOS DA AR COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2023	53
QUADRO 16	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	54
QUADRO 17	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	55
QUADRO 18	SUBVENÇÕES PÚBLICAS PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS	56
QUADRO 19	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	57
QUADRO 20	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2023 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	58
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	59
QUADRO 22	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2022	60

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2019 A 2022	20
GRÁFICO 2	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2022	21
GRÁFICO 3	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2022	22
GRÁFICO 4	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP, E NINSC	26
GRÁFICO 5	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	28
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO	28
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS	31
GRÁFICO 8	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP	36
GRÁFICO 9	EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS PARA DESTINO FINAL ADEQUADO	40
GRÁFICO 10	DISTRIBUIÇÃO DA PEGADA DA AR (2019)	40
GRÁFICO 11	DISTRIBUIÇÃO DAS CONSULTAS À BIBLIOTECA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	41
GRÁFICO 12	EVOLUÇÃO DO Nº DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA	41
GRÁFICO 13	DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES POR IMAGENS AO AHP	42
GRÁFICO 14	DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA E PARLAMENTAR	43
GRÁFICO 15	EVOLUÇÃO DAS VENDAS DA LIVRARIA PARLAMENTAR 2019-2022	44
GRÁFICO 16	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	45
GRÁFICO 17	DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2022	51
GRÁFICO 18	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS 2018-2022	63

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2022, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

Na sequência da não aprovação, no final do ano 2021, do Orçamento de Estado para 2022, o Presidente da República decretou a 5 de dezembro de 2021 a antecipação das eleições Legislativas para 30 de janeiro de 2022 e assim a Conta da AR reporta aos períodos compreendidos entre 1 de janeiro a 28 de março – XIV Legislatura – e de 29 de março a 31 de dezembro – XV Legislatura.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2022 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 15 de outubro de 2021 (antes da não aprovação do OE para 2022) - as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2022, das subvenções públicas para as campanhas da eleição para a Assembleia da República, realizada em 30 de janeiro, assim como para os pagamentos subsistentes relativos às campanhas eleitorais para os órgãos das Autarquias Locais, que haviam ocorrido a 26 de setembro de 2021, bem como o pagamento das subvenções públicas aos Partidos, Grupos Parlamentares, Deputados únicos representantes de um Partido e Deputados não inscritos.

Importa ainda destacar que fruto da evolução epidemiológica favorável e das orientações das autoridades de saúde pública **foi desativado o Plano de Contingência da Assembleia da República para a doença por Covid-19.**

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **134.318.617,65€** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos e para as Campanhas Eleitorais”**, com um nível global de execução de **82,6%**, da qual:

- **70.512.008,82€ - Despesa total – atividade da AR**, com execução de **75,7%**, transposto em:
 - **66.230.024,96€ - Despesas Correntes - atividade da AR**, com execução de **82,7%**;
 - **4.281.983,86€ - Despesas de Capital - atividade da AR**, com execução de **32,9%**;
- **13.812.373,00€ – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **95,7%**;
- **15.349.757,02€ - “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **11.247.253,81€ – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **98,4%**.

A taxa de execução da “Despesa total – atividade da AR” foi de **75,7%**, assinalando-se uma recuperação no último triénio, em 2020 foi de **70,1%** e em 2021 foi de **72,5%** em consequência da retoma da atividade normal da Assembleia da República, após um período de dois anos de limitações decorrentes das medidas determinadas pela pandemia da Covid-19, sendo que se deu continuidade à política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República.

Ao nível da “**Atividade Parlamentar**”, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como no quadro das organizações interparlamentares europeias e internacionais de que é parte.

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2022:

- No âmbito da **conservação do Património Imobiliário da AR**, e tendo como objetivo a criação, recuperação e manutenção de espaços, concluíram-se as seguintes empreitadas: instalação de grupo eletrogéneo de apoio à instalação elétrica dos edifícios da Assembleia da República na Av. D. Carlos I; instalação de climatização no lado direito do 5º piso do edifício na Av. D. Carlos I n.º 128 ; alteração dos ecopontos no parque interior do Palácio de São Bento; e deu-se início à empreitada do Centro Interpretativo Parlamentar, no edifício Casa Amarela, entre outras.
- Dando continuidade às ações de melhoria e modernização no domínio do **equipamento administrativo** salienta-se o investimento realizado na área de aquecimento, ventilação e ar condicionado – AVAC – distribuído pelos vários edifícios da AR. Foi ainda dada continuidade à renovação do equipamento de escritório dos Gabinetes, SAR e GP/DURP/NINSC, nomeadamente dotando de mobiliário as novas instalações destes últimos, no Palácio de São Bento.
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, assinalam-se os projetos necessários à preparação do encerramento da XIV e arranque da XV Legislatura, como por exemplo a criação da infraestrutura de suporte à cerimónia de acolhimento, a alteração da rede para adaptação à nova distribuição física dos GP, aquisição de computadores portáteis para atribuição aos novos Deputados eleitos, a adequação dos formulários, criação de utilizadores, entre muitos outros.
- No âmbito da **segurança informática e da informação** foram desenvolvidas auditorias ao SIAR; procedeu-se à “prova de vida” de todos os utilizadores e à renovação das suas credenciais de acesso; a administração técnica do SIAR foi restringida aos técnicos de informática da DTI; foi concretizada a alteração da arquitetura de segurança da rede informática da AR; foram

implementados procedimentos de fidelização de novos equipamentos móveis para sincronização do correio eletrónico da AR, entre outros.

- Visando **a promoção da modernização administrativa e tecnológica**, assinala-se o início da utilização do sistema de gestão documental; a implementação do posto único de trabalho nos Serviços localizados no edifício na Av. D. Carlos n.º 128, projeto que contribuiu ainda para a redução de custos.
- Com o objetivo de **implementação de melhorias nas soluções tecnológicas em uso na AR** refere-se a reformulação do sistema de geração de dados abertos, a disponibilização de anel de fibra ótica entre a régie do Canal Parlamento, Hemiciclo e Senado; a implementação do *e-Delivery Access* para receção e integração das iniciativas europeias e incorporação automática na AP; a requalificação dos Bastidores 53, 54, 55 e 73; o upgrade, reconfiguração e redistribuição dos computadores AIO aos técnicos de apoio parlamentar do edifício na Av. D. Carlos n.º 128 e a implementação de alterações ao *PL@OE* para adaptação aos novos requisitos dos seus utilizadores.
- A Assembleia da República, mantém uma **atividade cultural e editorial** própria. No ano de 2022 as atividades habituais neste domínio, tais como visitas guiadas, exposições, outros eventos e ainda o lançamento de livros, voltaram a ter expressão face aos dois anos anteriores que foram, neste campo, muito afetadas pelas restrições que a situação pandémica gerou.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2022

Em 30 de setembro de 2021, o Conselho de Administração apreciou favoravelmente a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2022, apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 15 de outubro de 2021, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 29/2022, publicada em DR a 28 de junho de 2022.

No OAR2022 inicial, os montantes inscritos para **as despesas correntes e de capital da atividade da AR** ascenderam, respetivamente, a 80.443.049,00€ e 9.882.370,00€, e num total de 90.265.419,00€, traduzindo, globalmente, **uma diminuição de 9,8% relativamente ao OAR2021 corrigido** sem cativações.

Por outro lado, e no que se refere ao OAR2022 inicial o montante total inscrito em “**Transferências para as Entidades**” e “**Subvenções Políticas**” foi de 28.026.963,00€.

Este valor integra, para além das **subvenções aos Partidos Políticos** (13.970.094,00€), as **transferências para as Entidades Autónomas** (14.056,869,00€) que funcionam junto da Assembleia da República.

O 1º Orçamento Suplementar de 2022, elaborado nos termos do artigo 50.º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 3 de junho de 2022, sob proposta do Conselho de Administração, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 30/2022, publicada em DR a 30 de junho e decorreu da necessidade de:

- i) **Integrar o diferencial entre o saldo de gerência** inscrito no orçamento inicial da Assembleia da República para o ano 2022 e o apurado à data de 31 de dezembro de 2021, no valor total de **12.172.079,57€**.
- ii) **Inscrever no orçamento o saldo de subvenções estatais autárquicas, 5.080.879,57€** para satisfazer os encargos inerentes ao pagamento de valores remanescentes dos processos relativos às **Autárquicas de 2021** e a **inscrição de 7.091.200€** para dotar a rubrica relativa à subvenção pública para a campanha da **eleição da Assembleia da República 2022**, que ocorreu a 30 de janeiro.

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **nove alterações orçamentais verticais**, com parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 10 de janeiro, 24 de

março, 3 de maio, 27 de maio, 5 de julho, 19 de julho, 29 de setembro, 26 de outubro, 21 de dezembro, sendo que a última alteração orçamental, teve ainda um aditamento aprovado em 21 de dezembro e uma adenda ratificada pelo CA em 26 de janeiro de 2023.

Da execução do OAR2022 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2022 e a transitar para o ano de 2023, no valor de 26.019.342,43€**, dos quais 1.000,00€ correspondem a **saldo da CNECV e 1,32€ a saldo de subvenção política a partidos**, ambos os montantes a restituir ao OE, configurando o remanescente, **26.018.341,11€, saldo da AR**, importando mencionar que, relativamente a este montante, permanece apenas um diferencial de 4.287,29€, por integrar em sede de 2º orçamento suplementar ao OAR 2023.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subactividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

Da análise do referido quadro, ressalta que, em valores globais, o OAR2022 corrigido, face ao OAR2021, apresenta um **decréscimo global de 22,3%**, facto compreensível dado que no OAR 2021 estava refletido o montante relativo à subvenção para as campanhas das eleições Autárquicas de 2022.

Em "**Despesas Correntes**" da AR, o **decréscimo de 9,1%** decorre sobretudo das seguintes duas variações negativas: de 71,0% (6.742.443,79€) em "Outras Atividades" nas quais se inscreve a dotação provisional corrente da AR e de 100%, a totalidade, da verba que em 2021 se destinou à dimensão parlamentar da presidência portuguesa da UE (1.894.040,55€).

No que se refere às "**Despesas de Capital**", o Quadro 1 evidencia, ainda, um **acréscimo de 8,2%** (981.917,34€) face ao valor do orçamento corrigido de 2021, determinado essencialmente pelo acréscimo do valor inscrito na subactividade "Investimento", a qual apresenta um incremento de 23,0% (1,8€ milhões) para a realização da empreitada do Centro Interpretativo Parlamentar, no edifício Casa Amarela.

Quadro 1 - ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2022

Unidade: Euro

ATIVIDADES	OAR2021 corrigido 1	OAR2022		Var%	
		inicial 2	corrigido 3	4 (2/1)	5 (3/1)
DESPESAS CORRENTES AR	86 402 193,03	78 887 746,00	78 534 264,19	-8,7%	-9,1%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36 891 827,68	35 815 058,00	36 497 501,25	-2,9%	-1,1%
ATIVIDADES DE APOIO	37 018 424,58	36 055 402,00	38 004 884,14	-2,6%	2,7%
ATIVIDADE EDITORIAL	477 142,62	492 991,00	595 028,95	3,3%	24,7%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	287 576,00	200 780,00	278 371,04	-30,2%	-3,2%
OUTRAS ATIVIDADES *	9 498 382,60	6 000 000,00	2 755 938,81	-36,8%	-71,0%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	1 894 040,55	0,00	0,00	-100,0%	-100,0%
SECRETARIADO COSAC	0,00	0,00	79 025,00	n.a.	n.a.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	272 799,00	261 515,00	261 515,00	-4,1%	-4,1%
OUTRAS ENTIDADES	62 000,00	62 000,00	62 000,00	0,0%	0,0%
DESPESAS DE CAPITAL AR	12 019 283,00	9 803 270,00	13 001 200,34	-18,4%	8,2%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	10 000,00	500,00	500,00	-95,0%	-95,0%
ATIVIDADE EDITORIAL	4 331,00	0,00	788,00	-100,0%	-81,8%
INVESTIMENTO	7 883 842,00	8 302 770,00	9 695 693,34	5,3%	23,0%
SECRETARIADO COSAC	0,00	0,00	975,00	n.a.	n.a.
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - DIM. PARLAMENTAR	4 000,00	0,00	0,00	-100,0%	-100,0%
OUTRAS ATIVIDADES *	4 117 110,00	1 500 000,00	3 303 244,00	-63,6%	-19,8%
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	98 421 476,03	88 691 016,00	91 535 464,53	-9,9%	-7,0%
DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)	1 617 101,60	1 574 403,00	1 574 403,00	-2,6%	-2,6%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (corr)	193 032,00	191 070,00	191 070,00	-1,0%	-1,0%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES (cap)	3 500,00	0,00	0,00	-100,0%	-100,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	269 394,00	263 710,00	261 840,34	-2,1%	-2,8%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	8 000,00	3 800,00	5 669,66	-52,5%	-29,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDIC. ASSISTIDA (corr)	309 815,77	257 010,00	256 785,00	-17,0%	-17,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MEDIC. ASSISTIDA (cap)	6 396,00	1 000,00	1 225,00	-84,4%	-80,8%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM.CRIMINAL (corr)	218 528,00	263 894,00	263 894,00	20,8%	20,8%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM.CRIMINAL (cap)	0,00	5 000,00	5 000,00	n.a.	n.a.
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	80 219,00	77 919,00	78 144,00	-2,9%	-2,6%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	2 500,00	2 500,00	2 275,00	0,0%	-9,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (corr)	142 950,00	140 300,00	140 300,00	-1,9%	-1,9%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO (cap)	11 000,00	6 800,00	6 800,00	-38,2%	-38,2%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE (corr)	168 303,83	0,00	0,00	-100,0%	-100,0%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESP. CP (cap)	0,00	0,00	6 000,00	n.a.	n.a.
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESP. CP (corr)	203 463,00	361 400,00	355 400,00	77,6%	74,7%
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	100 038 577,63	90 265 419,00	93 109 867,53	-9,8%	-6,9%
ENTIDADES AUTÓNOMAS***	13 752 539,00	14 056 869,00	14 433 369,00	2,2%	5,0%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	13 970 092,66	13 970 094,00	15 349 758,34	0,0%	9,9%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	45 145 339,06	0,00	11 425 622,78	-100,0%	-74,7%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	172 906 548,35	118 292 382,00	134 318 617,65	-31,6%	-22,3%

* Dotação Provisional

** Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

*** As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção de Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência).

1.2 Execução Orçamental

Em 2022, os encargos assumidos atingiram o montante de 110.921.392,65€ (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa execução orçamental de 82,6%, registando-se uma diferença de 23.397.225,00€ entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado essencialmente pela baixa taxa de execução em “Investimento” (44%, excluía a dotação provisional correspondente), tendo ficado por executar 5,4€ milhões em capital, e ainda pelas verbas inscritas em dotação provisional (6.059.182,81€, das quais, 2.755.938,81€ em correntes e 3.303.244,00€ em capital).

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

TIPO DE DESPESA	OAR2022 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	80 081 697,53	66 230 024,96	82,7%
DESPESAS DE CAPITAL	13 028 170,00	4 281 983,86	32,9%
TOTAL AR	93 109 867,53	70 512 008,82	75,7%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	14 433 369,00	13 812 373,00	95,7%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	15 349 758,34	15 349 757,02	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	11 425 622,78	11 247 253,81	98,4%
TOTAL GLOBAL AR / EA / SUBVENÇÕES	134 318 617,65	110 921 392,65	82,6%

Verifica-se, conforme Quadro 2, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **75,7%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2022, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as “Entidades Autónomas”** (apenas considera a despesa dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as “Subvenções públicas aos Partidos Políticos” e as Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”**.

O nível de execução orçamental foi, assim, de **82,7%** em **“Despesas Correntes”** e de **32,9%** em **“Despesas de Capital”**, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade da AR.

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 3), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que as taxas de execução orçamental mais elevadas, em sede de **despesas correntes**, são: as **“Atividades Parlamentares”** (90,4%) e que representam 46,8% do total da despesa realizada assim como as **“Atividades de Apoio”** (81,9%) que tem um peso de 44,1% do total dos encargos assumidos que relevam para esta análise.

Alguns dos Conselhos apresentam taxas de execução superiores a essas duas atividades, porém o conjunto destas entidades representam apenas 1% na estrutura do OAR.

No que respeita às “**Despesas de Capital**”, cuja taxa de execução foi de **32,9%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (3.303.244,00€), assim como da taxa de execução de 44,1% da subatividade “**Investimento**”, esta última que será analisada em capítulo autónomo do presente relatório.

Quadro 3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

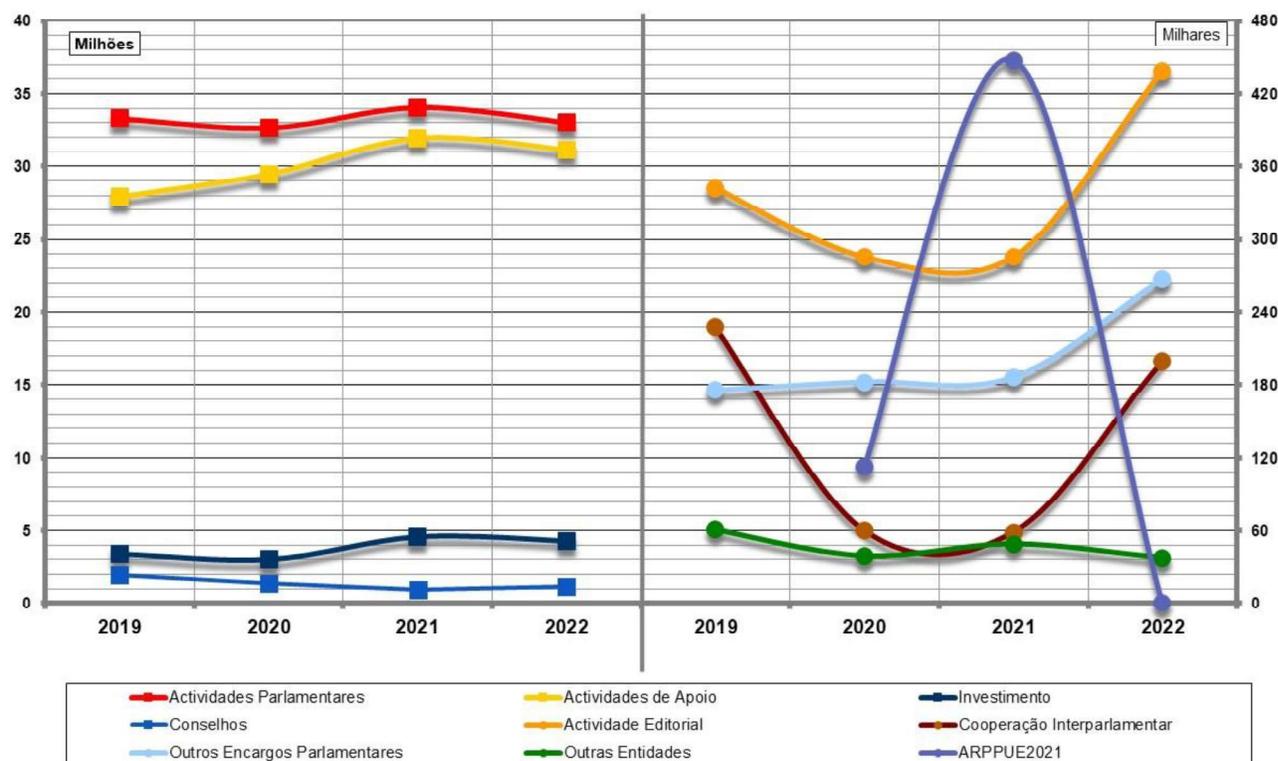
Unidade Euro

ATIVIDADES	OAR2022 corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/2)
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36 497 501,25	33 006 943,85	90,4%	46,8%
ATIVIDADES DE APOIO	38 004 884,14	31 121 947,94	81,9%	44,1%
ATIVIDADE EDITORIAL	595 028,95	437 555,72	73,5%	0,6%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	278 371,04	199 307,70	71,6%	0,3%
SECRETARIADO COSAC	79 025,00	72 279,06	91,5%	0,1%
OUTRAS ATIVIDADES*	2 755 938,81	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	261 515,00	194 329,36	74,3%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	191 070,00	168 037,89	87,9%	0,2%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	261 840,34	231 248,68	88,3%	0,3%
OUTRAS ENTIDADES	62 000,00	37 500,00	60,5%	0,1%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	256 785,00	166 417,83	64,8%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	263 894,00	161 145,85	61,1%	0,2%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	78 144,00	58 784,29	75,2%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	140 300,00	39 395,37	28,1%	0,1%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESPEC CP	355 400,00	335 131,42	94,3%	0,5%
DESPESAS CORRENTES (1)	80 081 697,53	66 230 024,96	82,7%	93,9%
ATIVIDADE EDITORIAL	788,00	787,20	99,9%	0,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	500,00	0,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	9 695 693,34	4 273 443,47	44,1%	6,1%
SECRETARIADO COSAC	975,00	487,80	50,0%	0,0%
OUTRAS ATIVIDADES*	3 303 244,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	5 669,66	3 099,60	54,7%	0,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	1 225,00	1 222,52	99,8%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	5 000,00	2 943,27	58,9%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	2 275,00	0,00	0,0%	0,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	6 800,00	0,00	0,0%	0,0%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESPEC CP	6 000,00	0,00	0,0%	0,0%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	13 028 170,00	4 281 983,86	32,9%	6,1%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	93 109 867,53	70 512 008,82	75,7%	100,0%

(*) Dotação Provisional

A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2019 A 2022



A evolução de 2021 para 2022 dos encargos assumidos encontra-se espelhado no Quadro 4, revelando uma **variação negativa global de 2,8%**, importando destacar, que são as **“Atividades Parlamentares”** (-3,2%), **“Atividades de Apoio”** (-2,5%) e **“Investimento”** (-6,3%) que contribuem de forma decisiva para esse decréscimo, tendo presente o grau. Importa notar a natural ausência de execução das subactividades da Dimensão Parlamentar da **“Presidência Portuguesa da UE 2021”** e **“Observatório Técnico Independente”** que terminou a atividade em 2021 cfr. Lei n.º 23/2021 de 29 de setembro, publicada no DR. N.º 89, 1.º Série de 7 de maio.

Assinalam-se as seguintes **variações positivas**: **“CIMEC”** (812,5%); **“Atividade Editorial”** (53,5%) **“Cooperação Parlamentar”** (239,1%)

O acréscimo relativo à **CIMEC – Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública** - artigo 18.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de março, retificação n.º 25/2021 de 21 de julho e alterada pela Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro – encontra explicação na criação de condições para o cumprimento das respetivas atribuições, nomeadamente o acompanhamento e fiscalização dos procedimentos adotados conforme as medidas especiais de contratação pública insertos na Secção I, da Lei em apreço.

Os acréscimos registados em “Atividade Editorial” e “Cooperação Parlamentar”, decorrem da retoma da atividade da Assembleia da República no ano de 2022.

Quadro 4 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

ATIVIDADES	Encargos Assumidos		
	2021	2022	Var%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34 091 012,26	33 006 943,85	-3,2%
ATIVIDADES DE APOIO	31 923 415,68	31 121 947,94	-2,5%
ATIVIDADE EDITORIAL	285 524,36	438 342,92	53,5%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	58 783,65	199 307,70	239,1%
PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE - ARPPUE2021	447 387,23	0,00	-100,0%
SECRETARIADO COSAC	0,00	72 766,86	n.a.
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	186 385,54	194 329,36	4,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	140 155,75	168 037,89	19,9%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	252 823,19	234 348,28	-7,3%
OUTRAS ENTIDADES	49 000,00	37 500,00	-23,5%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	155 291,05	167 640,35	8,0%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	159 296,03	164 089,12	3,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	68 126,06	58 784,29	-13,7%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	56 251,38	39 395,37	-30,0%
OBSERVATÓRIO TÉCNICO INDEPENDENTE	88 705,38	0,00	-100,0%
COMISSÃO INDEP. ACOMP & FISCALIZ MEDIDAS ESPEC CP	36 725,39	335 131,42	812,5%
INVESTIMENTO	4 563 146,99	4 273 443,47	-6,3%
TOTAL DAS DESPESAS	72 562 029,94	70 512 008,82	-2,8%

O Gráfico 2 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “Despesas com Pessoal” representam **71,3%** do total da despesa de 2022, seguidas das “Aquisições de Bens e Serviços” (20,7%) e das “Aquisições de Bens de Capital” (6,1%).

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2022

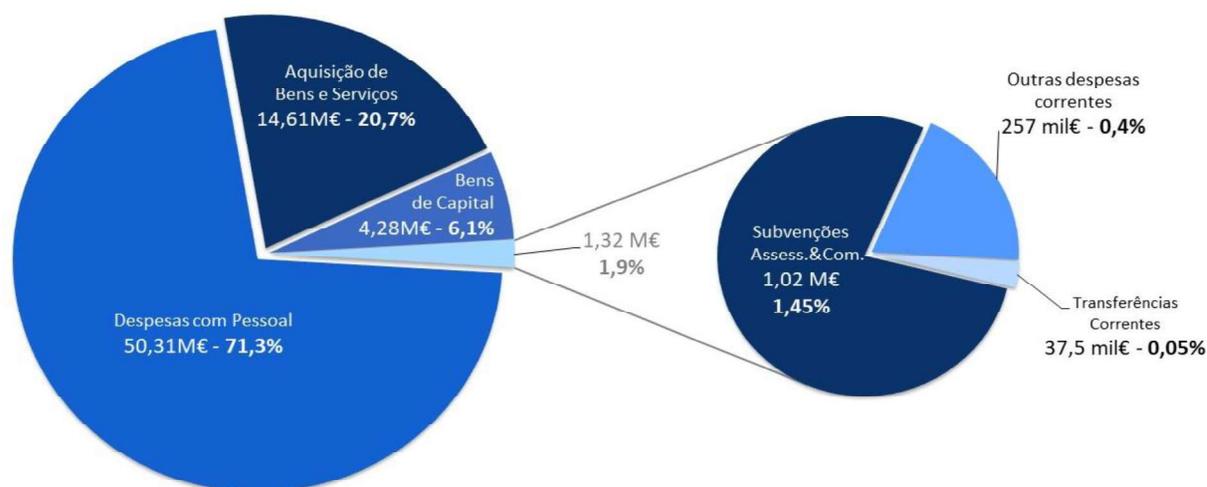
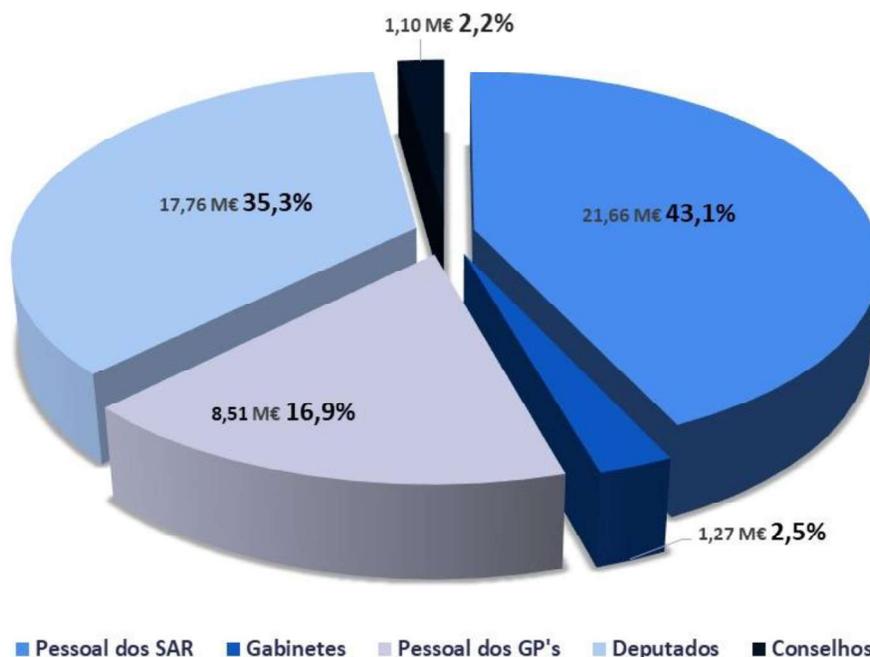


Gráfico 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2022



O gráfico 3 evidencia a distribuição dos encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos da Assembleia da República com remunerações e outras despesas com pessoal, distribuídos por: Deputados, Gabinetes, Conselhos, Pessoal dos Grupos Parlamentares e Pessoal dos Serviços da AR.

Deste gráfico retira-se que na partição destes encargos o “**Pessoal dos SAR**” tem um peso superior (43,1%) comparativamente aos encargos imputáveis a “**Deputados**” (35,3%), enquanto os encargos com pessoal afeto aos “**Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares**” representam 16,9%.

Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **2,5% e 2,2%** em percentagem do encargo total com remunerações.

2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de fiscalização política.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117.º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.

Em 2022, que abrangeu parte da 3.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura e a 1.ª Sessão Legislativa da XV Legislatura, tiveram lugar **70 reuniões plenárias, 8 reuniões da Comissão Permanente e 26 Conferências de Líderes.**

As reuniões plenárias levaram à publicação de **78 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo a 282h42m de reunião, num total de 4469 páginas editadas.

Relativamente à **II Série**, foram publicados **293 Diários, 50 Suplementos e 34 Separatas**, perfazendo um total de 18.107 páginas editadas.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **55 Propostas de Lei, 455 Projetos de Lei, 5 Propostas de Resolução, 346 Projetos de Resolução e 7 Apreciações Parlamentares.**

Em termos globais, e como se infere do Quadro 3 supra, as “**Atividades Parlamentares**” representam **46,8% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 90,4%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

Quadro 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	OAR2022 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/12)
Presidente da Assembleia da República	147 033,00	138 103,95	93,9%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	935 737,00	914 973,92	97,8%	2,8%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 052 205,00	934 590,02	88,8%	2,8%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	414 877,00	351 231,98	84,7%	1,1%
Conselho de Administração	112 230,00	99 520,52	88,7%	0,3%
Grupos Parlamentares	1 207 961,00	1 165 984,75	96,5%	3,5%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	9 057 216,00	8 436 610,28	93,1%	25,6%
Comissões Parlamentares	975 203,20	457 116,56	46,9%	1,4%
Deputados	20 533 277,00	18 896 964,25	92,0%	57,3%
Cerimónias Comemorativas	62 279,00	34 989,78	56,2%	0,1%
Deslocações em Território Nacional	5 691,50	3 634,93	63,9%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	1 394 889,26	1 247 516,61	89,4%	3,8%
Grupos Parlamentares de Amizade	64 264,00	189,90	0,3%	0,0%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	387 085,79	193 135,74	49,9%	0,6%
Programa Parlamento Jovem	146 384,00	131 212,16	89,6%	0,4%
Sessão Solene Tom. Posse Presidente da República	1 168,50	1 168,50	100,0%	0,0%
TOTAL DAS DESPESAS	36 497 501,25	33 006 943,85	90,4%	100,0%

O **Quadro 5** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subactividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 82,9% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” (**57,3%**), que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídios de reintegração, atribuídos no regime transitório previsto na Lei.
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” (**25,6%**) onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. O *plafond* para remunerações dos Grupos parlamentares foi atualizado em função da atualização do Indexante de Apoios Sociais (IAS) para o ano de 2022, passando de 438,81€ para 443,20€ com efeitos a 1 de janeiro desse ano.

Quadro 6 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

ATIVIDADE PARLAMENTAR	Encargos assumidos		
	2021 1	2022 2	Var% 3
Presidente da Assembleia da República	133 303,20	138 103,95	3,6%
Gabinete de Apoio ao PAR	905 179,54	914 973,92	1,1%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1 108 959,34	934 590,02	-15,7%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	450 032,65	351 231,98	-22,0%
Conselho de Administração	98 209,65	99 520,52	1,3%
Grupos Parlamentares	1 193 887,15	1 165 984,75	-2,3%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8 902 549,98	8 436 610,28	-5,2%
Comissões Parlamentares	506 423,01	457 116,56	-9,7%
Deputados	19 843 630,06	18 896 964,25	-4,8%
Cerimónias Comemorativas	24 307,82	34 989,78	43,9%
Deslocações em Território Nacional	8 478,57	3 634,93	-57,1%
Deslocações ao Estrangeiro	288 128,24	1 247 516,61	333,0%
Grupos Parlamentares de Amizade	11 825,54	189,90	-98,4%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	540 614,03	193 135,74	-64,3%
Programa Parlamento Jovem	72 194,53	131 212,16	81,7%
Sessão Solene Tom. Posse Presidente da República	3 288,95	1 168,50	-64,5%
TOTAL DAS DESPESAS	34 091 012,26	33 006 943,85	-3,2%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2021 para 2022 (Quadro 6), as “**Atividades Parlamentares**” registaram um **decréscimo de 3,2%** (1.084.068,41€€), reflexo das eleições Legislativas realizadas a 30 de janeiro que determinaram a interrupção dos trabalhos parlamentares até ao final do primeiro trimestre do ano.

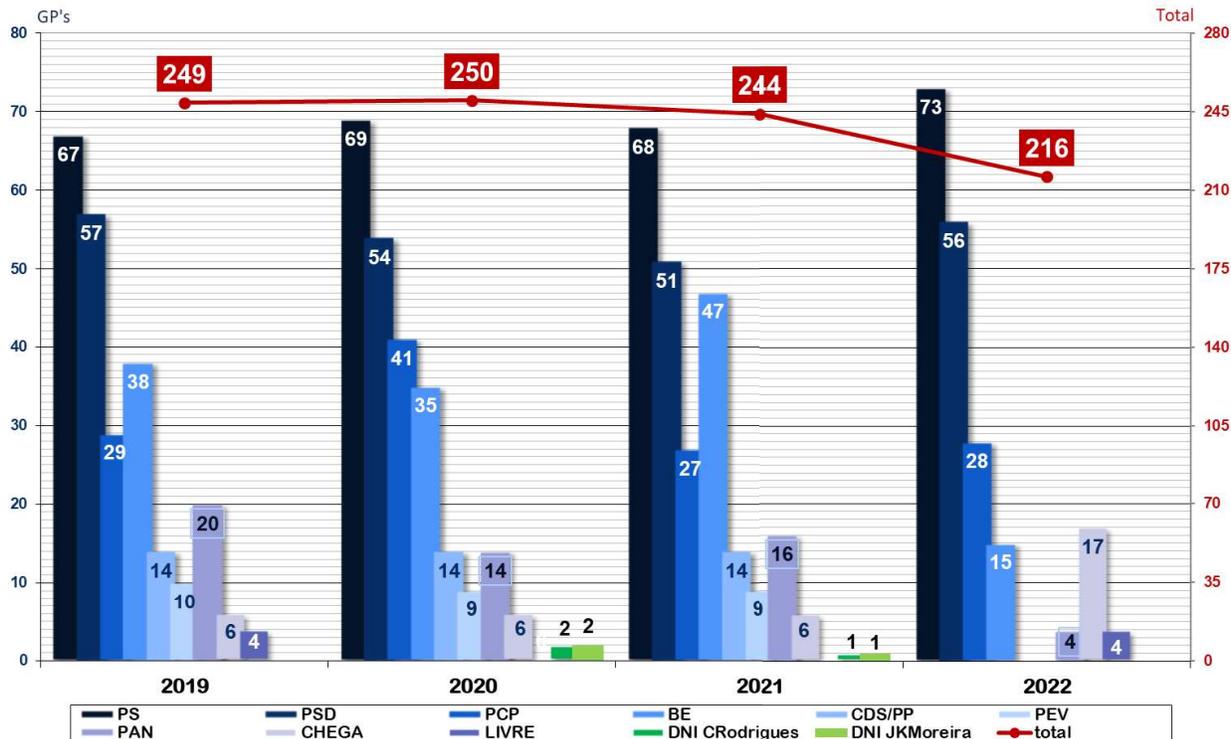
Assinala-se o **maior acréscimo** na subactividade “**Deslocações ao Estrangeiro**” (a maior variação em termos absolutos de 959.388,37€, o que representa 333,0%) que decorre das restrições nas deslocações ao estrangeiro no ano 2021, bem como do aumento dos preços das viagens e estadas.

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por GP/DURP/ NINSC, à data de 31 de dezembro é apresentada no Gráfico 4, salientando que na XV Legislatura deixou de existir representatividade parlamentar do CDS-PP e do PEV.

A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos GP/DURP, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares/Gabinetes de Deputados Únicos Representantes de um Partido.

Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GP, DURP E NINSC



Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos GP/DURP/NINSC**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, asseguradas pela Assembleia da República, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIO	Var% anual
2016	1 518 982,76	4,0%
2017	1 526 993,35	0,5%
2018	1 553 734,08	1,8%
2019	1 567 012,33	0,9%
2020	1 555 502,92	-0,7%
2021	1 567 080,13	0,7%
2022	1 497 687,37	-4,4%

2.2 Comissões Parlamentares

A atividade das comissões parlamentares, em 2022, foi naturalmente afetada pelo facto de, entre 1 de janeiro e 28 de março, a Assembleia da República se encontrar dissolvida. Com efeito, a XV Legislatura teve início a 29 de março e, no que concerne às **Comissões Parlamentares, estas viriam a tomar posse a 13 de abril.**

No ano de 2022, que abrangeu parte da 1ª Sessão Legislativa da XV Legislatura, funcionaram **14 comissões parlamentares permanentes**, bem como a **Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados** (que funcionou entre 29 de março e 12 de abril):

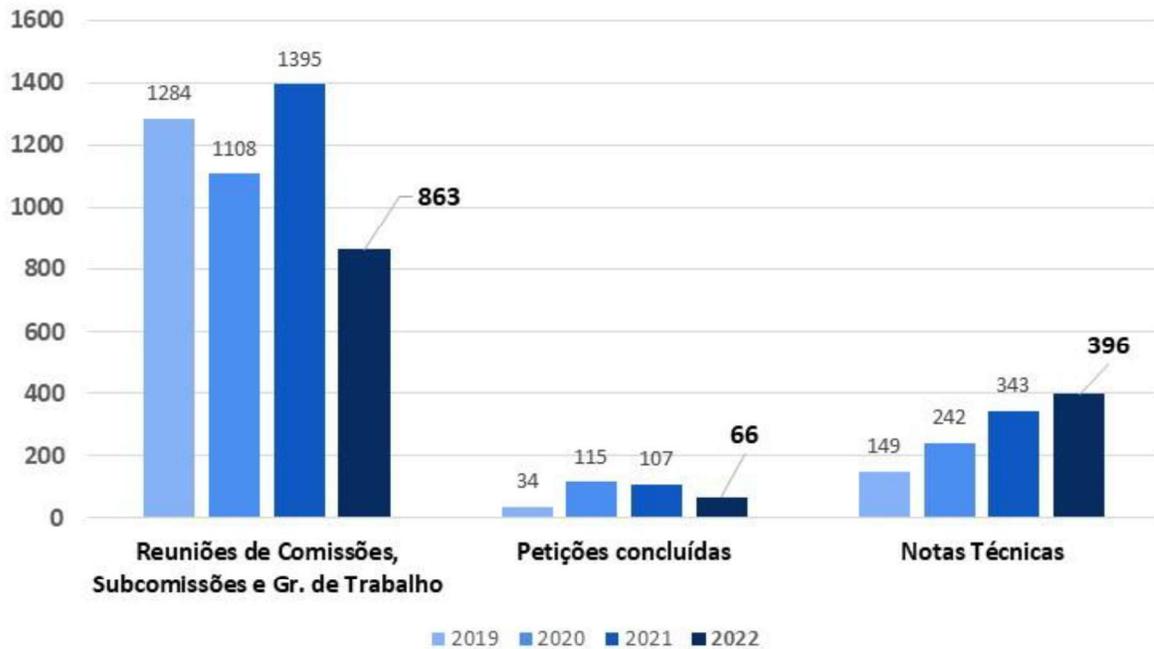
1.ª – Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª – Comissão de Defesa Nacional
4.ª – Comissão de Assuntos Europeus
5.ª – Comissão de Orçamento e Finanças
6.ª – Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação
7.ª – Comissão de Agricultura e Pescas
8.ª – Comissão de Educação e Ciência
9.ª – Comissão de Saúde
10.ª – Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão
11.ª – Comissão de Ambiente e Energia
12.ª – Comissão de Cultura e Comunicação, Juventude e Desporto
13.ª – Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local
14.ª – Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

Comissão Eventual

Comissão Eventual para a Verificação dos Poderes dos Deputados
--

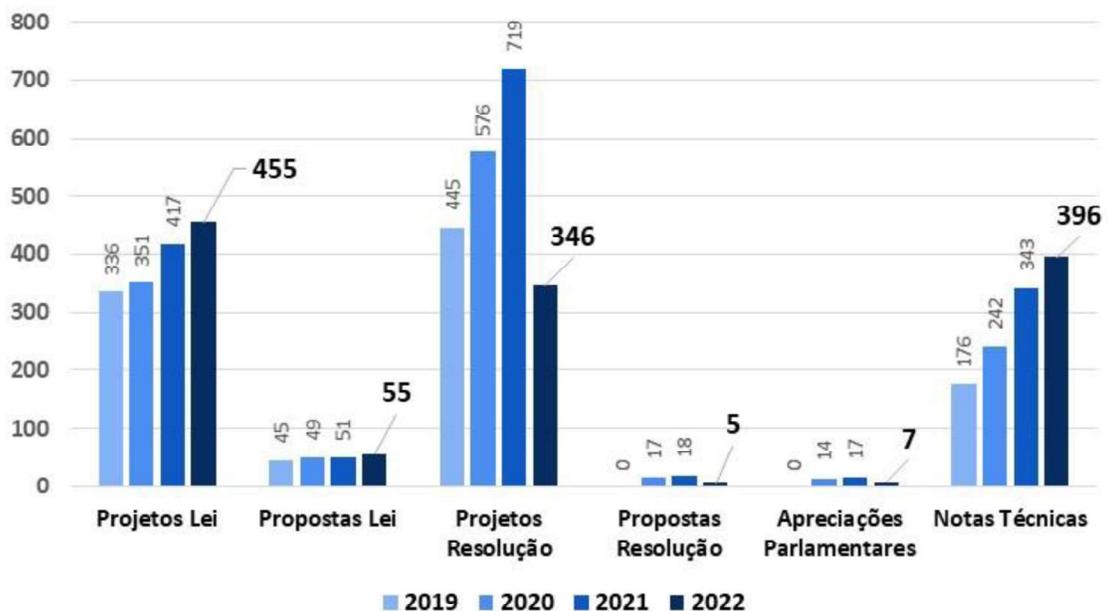
Verifica-se, assim, que em 2022 as Comissões, Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **863 reuniões**, num total de **2.002 horas**. Realizaram-se **386 audições**, das quais com **222** participações de **membros do Governo**. Foram ainda concedidas **109 audiências**.

Gráfico 5 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PARLAMENTARES, PETIÇÕES E NOTAS TÉCNICAS



No decurso de 2022, as Comissões organizaram ainda **14 eventos** e, no seu conjunto, Subcomissões e Grupos de Trabalho participaram presencialmente em território nacional e no estrangeiro em **153 reuniões/eventos externos** e em **15** por **videoconferência**.

Gráfico 6 – EVOLUÇÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO



No que ao **exercício do direito de petição** diz respeito constata-se que, durante o ano de 2022, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **104 petições**, 28 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que, no cômputo geral, 11 foram objeto de entrega presencial, 16 enviadas por correio, 19 enviadas por via eletrónica e 58 apresentadas pela plataforma de Submissão de Petições. Das **104 petições recebidas** e registadas, verifica-se que, no final do ano, 10 aguardam deliberação sobre a admissibilidade. Foi **concluída** em comissão a **apreciação de 66 petições**, sendo **44 da XV Legislatura e 22 da XIV Legislatura**.

Examinados os dados relativos ao processo legislativo, verifica-se que deram entrada nas comissões 455 projetos de lei, 55 propostas de lei, 346 projetos de resolução, 5 propostas de resolução e 7 apreciações parlamentares.

2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No quadro das relações parlamentares internacionais e com vista a cumprir os compromissos assumidos pelas delegações da AR e a participação em reuniões, constam do Quadro 7 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subatividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Grupos Parlamentares de Amizade**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação Parlamentar**”).

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES

	2019	2020	2021	2022
N.º de deslocações	548	116	304	529
Despesa assumida	1 182 576	181 503	474 029	1 444 942
Despesa/deslocação	2 158	1 565	1 559	2 731

Importa ainda referir que, em 2022, as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um aumento na despesa global em comparação com o ano transato, em resultado do alívio das restrições impostas às deslocações na sequência da crise pandémica,

Por fim, é de referir que no ano de 2022 foram criados 59 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (**GPA**), no âmbito **bilateral**, e 1 Grupo Parlamentar de Amizade no quadro **multilateral**, nos quais se efetuaram 31 reuniões:

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE DOS GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Nº de Grupos existentes	51	52	53	45	47	60
Nº de Reuniões realizadas	144	127	73	0	116	31

2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se **16** eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se **6** cerimónia de boas-vindas, **1** sessão solene, **127** eventos, além de visitarem a Assembleia da República **29** delegações internacionais.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de **2** sessões solenes, **25** cerimónias de tomada de posse, **56** iniciativas de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República e **8** cerimónias comemorativas, de homenagem e de inauguração.

O **Presidente da Assembleia da República** concedeu **183** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Os Vice-Presidentes da Assembleia da República em representação do Presidente da Assembleia da República concederam **21** audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

2.5 Parlamento dos Jovens

O **Programa Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República inserida no âmbito da educação para a cidadania, que se dirige aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, particular e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos círculos da Europa e de Fora da Europa.

As atividades desenvolvidas no ano 2022 enquadram-se na edição 2021/2022, que se iniciou com a expectativa de regresso pleno às atividades presenciais no contexto escolar, mas foi, ainda, marcada por conjunturas diversas com impacto na atividade do Programa – desde alterações ao calendário escolar que determinaram a suspensão das atividades letivas e não letivas em regime presencial por um período de tempo até à dissolução da Assembleia da República.

Do ponto de vista da avaliação da **evolução da participação no Programa**, esta edição alcançou um nível de participação ligeiramente inferior à edição passada, com um total de 967 inscrições (480 do ensino básico e 487 do ensino secundário).

Destacam-se, de seguida, alguns indicadores relativos a cada fase do Programa.

A 1.ª fase, que decorre nas escolas, é a fase do Programa com o alcance mais alargado no que ao número de participantes diz respeito, como se constata pelos indicadores de participação.

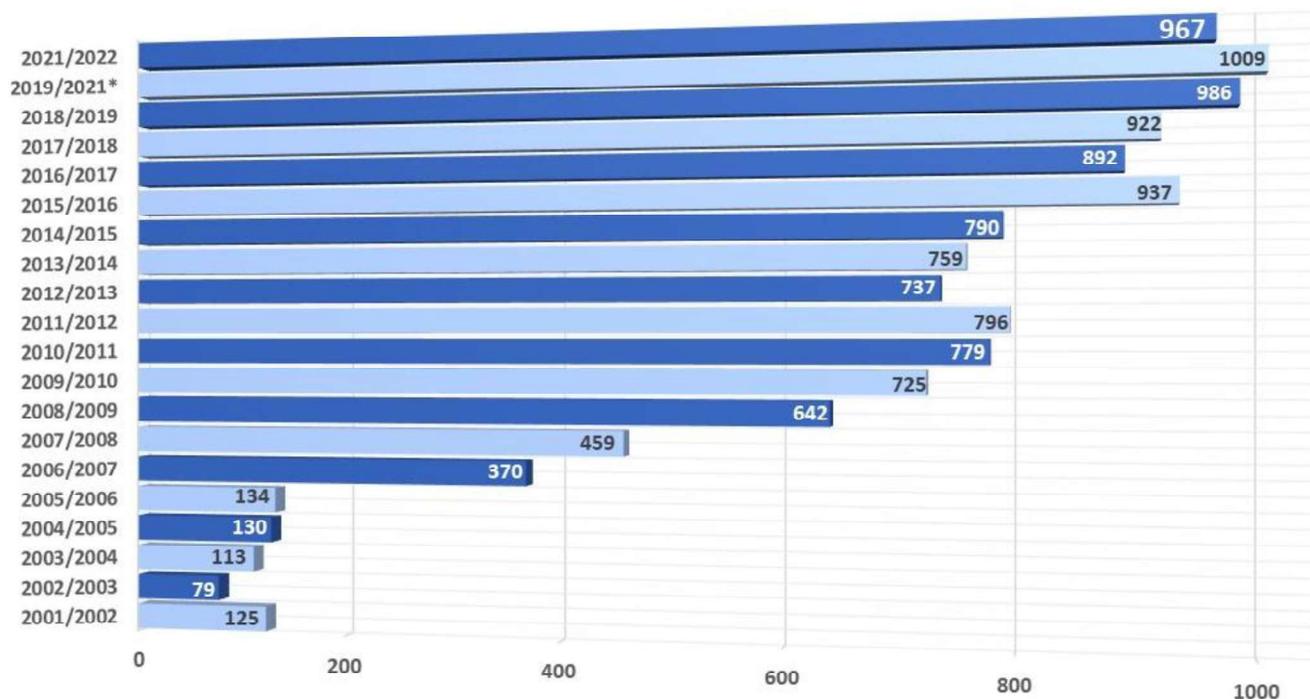
Quadro 8 – EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS

EDIÇÃO	ENSINO BÁSICO						ENSINO SECUNDÁRIO						TOTAIS					
	2018	2019	2019	2021	2021	2022	2018	2019	2019	2021	2021	2022	2017	2018	2018	2019	2021	2022
Escolas inscritas	512	516		480			474	493		487			986	1 009			967	
Turmas envolvidas	2 525	2 713		1 649			2 342	2 384		1 596			4 867	5 097			3 245	
Participantes nas listas eleitorais	18 321	18 528		14 090			11 545	12 262		10 280			29 866	30 790			24 370	
Votantes: eleições sessões escolares	109 147	112 419		95 460			68 645	77 689		75 274			177 792	190 108			170 734	
Deputados eleitos: sessões escolares	9 554	9 484		7 456			7 042	7 532		6 250			16 596	17 016			13 706	
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1 556	1 547		1 537			1 450	1 539		1 543			3 006	3 086			3 080	
Escolas eleitas: sessão nacional	66	66		66			65	66		66			131	132			132	
Deputados eleitos: sessão nacional	132	132		132			130	132		132			262	264			264	

* Por força da interrupção da edição, não foram realizadas 20 Sessões Distritais e as Sessões Nacionais.

O gráfico seguinte apresenta a evolução da inscrição de escolas desde 2001/2002.

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DE INSCRIÇÕES DAS ESCOLAS NO PROGRAMA PARLAMENTO DOS JOVENS



Os Deputados da Assembleia da República participam anualmente nas três fases do Programa: debates nas escolas, Sessões Distritais/Regionais e Sessões Nacionais.

➤ **Participação de Deputados da Assembleia da República na 2.ª fase | Debates nas Escolas**

Nesta edição, a dissolução da Assembleia da República e a marcação de eleições Legislativas em período coincidente com esta fase do Programa determinaram a restrição ao mês de dezembro das datas para a realização dos debates – circunstâncias que afetaram a expectativa de realização de um número significativo de debates – do total de 531 convites recebidos, foram realizados 271 debates, o que corresponde a uma percentagem de realização de 51%. Ainda que, comparativamente a edições anteriores, o número de debates realizados tenha ficado aquém do número de convites recebidos, foi possível assegurar a sua realização em todos os círculos eleitorais.

Quadro 9 – PARTICIPAÇÃO DE DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fases	GP											TOTAIS
	PS	PSD	BE	PCP	CDS-PP	PAN	PEV	IL	CH	L		
Debates nas escolas	143	79	15	20	2	4	6	2	0	0	271	
Sessões Distritais/Regionais	13	13	3	1	1	0	1	1	0	0	33	
Sessões Nacionais	10	7	2	2	0	1	0	3	3	2	30	
TOTAL	166	99	20	23	3	5	7	6	3	2	334	

* Os Debates e 27 Sessões Distritais/Regionais foram realizados em vigência da XIV Legislatura, enquanto que as Sessões Nacionais foram realizadas em vigência da XV Legislatura

➤ **Participação de Deputados da Assembleia da República na 2.ª fase | Sessões Distritais e Regionais**

As Sessões Distritais e Regionais decorreram entre 14 de março e 5 de abril, registando-se a participação de Deputados da Assembleia da República em 33 das 40 sessões (27 das quais realizadas ainda em vigência da XIV Legislatura). O início da XV Legislatura coincidiu com a data de algumas sessões, circunstância que impossibilitou a participação de Deputados.

Apresenta-se, no quadro seguinte, a distribuição por grupo parlamentar da participação de Deputados da Assembleia da República nas Sessões Distritais e Regionais.

➤ **Participação de Deputados da Assembleia da República na 3.ª fase | Sessões Nacionais**

As Sessões Nacionais do Parlamento dos Jovens decorreram a 9 e 10 de maio, a do ensino básico, e a 30 e 31 de maio, a do secundário.

As sessões nacionais retomaram o seu formato habitual, decorrendo os trabalhos em dois dias: o primeiro destinado às reuniões das Comissões e o segundo dedicado à Sessão Plenária, em que, após um período de perguntas aos Deputados da Assembleia da República, os jovens aprovaram as Recomendações finais sobre o tema em debate nesta edição – “Fake News”.

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subactividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2022, englobam essencialmente os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 3 supra).

Os encargos suportados por esta subactividade, num total de 194.129,36€, apresenta uma variação positiva de 4,2% (7.743,82€) em 2022, refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais das quais a Assembleia da República é membro, bem como em outras despesas residuais, nos seguintes termos:

Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS DESPESAS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E OUTRAS	2021	2022	Var%
UIP	50 822,80	53 451,90	5,2%
UIP – Grupo Doze Mais	536,00	536,00	0,0%
APCE	10 000,00	10 000,00	n.a.
APNATO	41 886,00	41 886,00	0,0%
APOSCE	35 701,00	40 124,00	12,4%
ASG UIP	407,26	424,87	4,3%
APM	41 470,00	41 470,00	0,0%
Secretariado COSAC	2 060,36	2 101,89	2,0%
Várias	3 502,12	4 134,70	18,1%
Total	186 385,54	194 129,36	4,2%

3. Atividades de Apoio

No ano de 2022, a gestão das várias **“Atividades de Apoio”** continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos; à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, da qualidade de informação, e do tempo de resposta; ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes, com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações; à conservação do património imobiliário da AR, com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas que tornem a AR ambientalmente sustentável e eco eficiente.

Conforme Quadro 3 supra, as **“Atividades de Apoio”** corresponderam, em 2022, a 44,1% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade **“Serviços da Assembleia da República”**, por onde são pagos as remunerações e os encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa desta atividade, com 66,1% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento, logo seguida das “Despesas de Funcionamento” com 29,8% (Quadro 11).

Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

ATIVIDADES DE APOIO	OAR2022 Corrigido 1	Encargos assumidos		
		Montante 2	GR% 3 (2/1)	Estrutura 4 (2/12)
Serviços da Assembleia da República	22 883 876,20	20 571 185,42	89,9%	66,1%
Gabinete do Secretário-Geral	676 659,00	669 477,82	98,9%	2,2%
Formação	223 983,00	69 165,29	30,9%	0,2%
Ação Social	355 641,88	321 025,12	90,3%	1,0%
Despesas de Funcionamento	13 643 282,06	9 279 264,62	68,0%	29,8%
Gabinete Médico	221 442,00	211 829,67	95,7%	0,7%
TOTAL	38 004 884,14	31 121 947,94	81,89%	100,0%

Salienta-se o grau de execução orçamental de cada uma das subatividades (Quadro 11), quatro delas acima dos 89,9%, sendo que as que ficaram aquém do orçamentado foram as **“Despesas de Funcionamento”** (68%) cujo peso na estrutura total das **“Atividades de apoio”** é de 29,8%, e a **“Formação”** (30,9%).

No que se refere às “**Despesas de Funcionamento**”, registou-se uma subexecução de **4 364 017,44€**, tendo contribuído para esta divergência, sobretudo, as seguintes naturezas de despesa: Outros Trabalhos Especializados – Outros (931.285,51€); Conservação de Bens (758.447,48€); Assistência Técnica – Outros (520.325,04€); Outros Trabalhos Especializados – Informática (389.063,05€); Serviços de Restaurante, Refeitório e Cafeteria (268.937,12€); Assistência Técnica Informática (216.029,36€); Limpeza e Higiene (212.768,29€); e Eletricidade (184.433,90€), que no total **ascendem a 3.481.289,75€**, sendo representativas de 79,8% da verba não executada supra identificada.

A análise do Quadro 12 permite assinalar o **decréscimo de 2,5%** dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” face a 2021 e reflete, sobretudo, as **reduções de despesa** com os “**Serviços da Assembleia da República**” em **2,4%** (515.831,99€) e em “**Despesas de Funcionamento**” em 2,3% (218.377,73€).

Quanto à redução de despesa assinalada de 2,4% (515.831,99€) em “**Serviços da Assembleia da República**”, resulta da aposentação de funcionários parlamentares nas últimas posições remuneratórias das respetivas carreiras, tendo sido, em 2022, atualizadas as remunerações em 0,9%, efetuadas as devidas **alterações de posicionamento remuneratório**, e atualizado o **subsídio de refeição** - Portaria N.º 223/2022, de 18 de novembro (PCM) com produção de efeitos no 3º trimestre (1 de outubro de 2022).

Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

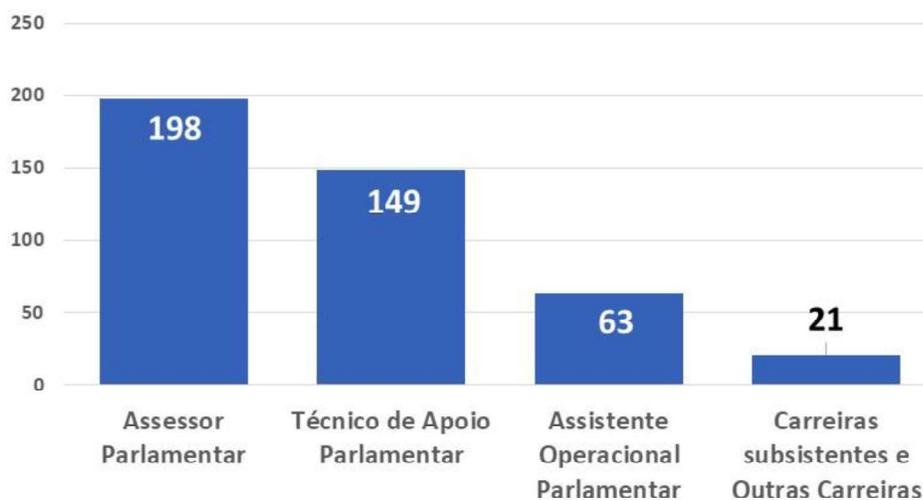
ATIVIDADES DE APOIO	Encargos Assumidos		
	2021	2022	Var%
Serviços da Assembleia da República	21 087 017,41	20 571 185,42	-2,4%
Gabinete do Secretário-Geral	651 029,17	669 477,82	2,8%
Formação	113 988,78	69 165,29	-39,3%
Ação Social	364 082,47	321 025,12	-11,8%
Despesas de Funcionamento	9 497 642,35	9 279 264,62	-2,3%
Gabinete Médico	209 655,50	211 829,67	1,0%
TOTAL	31 923 415,68	31 121 947,94	-2,5%

3.1 Gestão dos Recursos Humanos

A 31 de dezembro de 2022, encontravam-se **431 funcionários em efetividade de funções** nos serviços da Assembleia da República, aqui se incluindo 10 trabalhadores em regime de cedência de interesse público (dos quais 3 a desempenhar funções na UTAO), representando um aumento de 12 funcionários, face ao número dos mesmo à data de 31 de dezembro de 2021.

Apresenta-se, de seguida, o gráfico de distribuição dos efetivos por carreiras, conforme estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Parlamentares – Lei n.º 23/2011, de 20 de maio, alterada pela Lei n.º 103/2019, de 6 de setembro.

Gráfico 8 - MAPA DE EFETIVOS POR CARREIRAS DE ACORDO COM O EFP



A carreira de assessor parlamentar é a mais representada com 198 efetivos e uma representatividade de cerca de 46% do total de funcionários dos Serviços da Assembleia da República. Aqui se incluem todos os assessores parlamentares que se encontram nomeados em comissão de serviço em funções dirigentes.

Na carreira de assistente operacional parlamentar estão incluídos os sete encarregados operacionais parlamentares, nomeados em comissão de serviço.

Para além deste mapa de efetivos, é ainda de registar quatro prestações de serviços médicos.

Por outro lado, nas Entidades Administrativas Independentes, cujos orçamentos integram o OAR, em 31 de dezembro de 2022 encontravam-se a prestar funções 10 trabalhadores conforme quadro infra:

ENTIDADE	N.º FUNCIONÁRIOS
CJP – Conselho dos Julgados de Paz	5
CNFBD-ADN - Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN	1
CNPMA – Comissão Nacional de Procriação Medicamente Assistida	3
EFSE – Entidade Fiscalizadora dos Segredos de Estado	1

Durante o ano de 2022, ingressaram no mapa de pessoal, após admissão em procedimento concursal, 8 assessores parlamentares, 3 técnicos de apoio parlamentar e 9 assistentes operacionais parlamentares, todos em regime de estágio probatório.

3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional** realizaram-se **6.647 horas de formação**, abrangendo todas as carreiras. Este volume de horas de formação corresponde a 29 ações de formação realizadas ao longo de 2022.

Horas de Formação Por Carreira	Assessor Parlamentar	Técnico de Apoio Parlamentar	Assistente Operacional Parlamentar	Carreiras Subsistentes e Outras Carreiras	Total
Formação Interna	908	755	219	123	2005
Formação externa	2.608	1.321	110	603	4642
Total	3516	2076	329	726	6647
Média hrs/formando	17,8 hrs	13,9 hrs	5,2 hrs	34,6 hrs	15,4 hrs

O peso da formação interna no total da formação foi significativo, em consequência dos processos de integração de novos funcionários e das necessidades formativas associadas.

O ano de 2022 marca o regresso à formação presencial em sala como modelo regra de formação. Das 29 ações realizadas, apenas 12 se realizaram em formato *online*, a maioria no primeiro semestre do ano, quando havia ainda alguns condicionalismos impostos pelas condições sanitárias.

3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

No que toca à difusão dos trabalhos e atividades parlamentares através do **Canal Parlamento**, o número de horas de gravação e difusão em direto destas reuniões registou um claro aumento em 2022, fruto, também, do investimento realizado na aquisição e instalação de câmaras em mais salas de comissão – 987 horas (contra 313 horas em 2021).

Este total de horas de gravação e transmissão divide-se da seguinte forma: 267 horas de reuniões plenárias, 712 horas de reuniões de comissões e 8 horas de outros eventos ou cerimónias.

Na Televisão Digital Terrestre (TDT) mantiveram-se as 3100 horas de emissão decorrentes do contratualizado entre a Assembleia da República e a concessionária do serviço de teledifusão nacional, a que se contrapõe o número de horas de emissão nas redes de cabo (6000 horas).

O **portal da Internet** da Assembleia da República - www.parlamento.pt - registou 2 911 154 acessos, o que representa uma média mensal de 242 596, significando uma diminuição de 39% relativamente ao ano anterior.

Em relação aos **perfis da Assembleia da República nas redes sociais** (no Facebook, no Instagram, no Twitter e no LinkedIn), acentuou-se em todos o aumento **do número de seguidores e de interações**, consequência da cada vez maior diversificação dos conteúdos produzidos.

Pela relevância que têm na **divulgação da imagem do Parlamento** e pelo facto de representarem parte dos custos anuais com comunicação, salienta-se a **conceção e produção**, em 2022, de **30 vídeos** de divulgação de conteúdos sobre a atividade, a história e o património parlamentares, além de pequenas animações e *teasers* para as redes sociais.

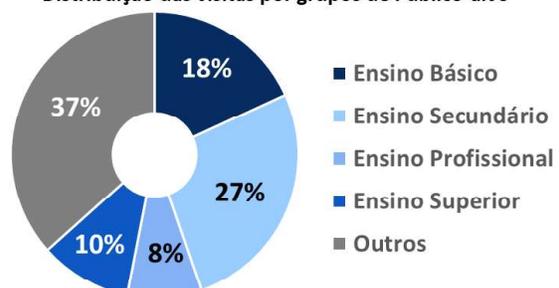
Em 2022, foram publicados sete números mensais do **ComunicAR**, com um total de **72 artigos** dedicados à atividade legislativa e de fiscalização política e ao anúncio de eventos, assim como de divulgação de vídeos, dossiês de informação, edições, documentos, fotografias e textos sobre a história e o património parlamentares.

No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao Palácio de São Bento** continuam a assumir um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

Assim sendo, no ano de 2022 foram realizadas 343 visitas presencias com um total de 14 831 visitantes e 15 visitas virtuais com um total de 211 visitantes.

Nº de	Visitas	Visitantes
Presenciais	343	14 831
Virtuais	15	211
TOTAL	358	15 042

Distribuição das visitas por grupos de Público-alvo



3.4 Funcionamento dos SAR

3.4.1. Os objetivos estratégicos para 2022 foram traçados tendo presente quatro novos eixos: **desmaterializar, comunicar, capacitar e Ambiente**, procurando dar-se cumprimento aos seguintes objetivos:

- Implementar metodologias e ferramentas de qualidade;
- Simplificar e melhorar procedimentos;
- Promover uma melhor comunicação interna (DAF e SAR);
- Melhorar a segurança e qualidade da informação;
- Melhorar a comunicação com os *Stakeholders* externos;
- Reforçar a utilização de métodos de trabalho de equipa;
- Promover o desenvolvimento das capacidades dos funcionários parlamentares;
- Otimizar o tempo de resposta e outputs.

3.4.2. Por último, no que se refere ao objetivo estratégico **Ambiente** pretende-se implementar a responsabilidade ambiental no Parlamento através de uma **política ambiental**, consubstanciada no objetivo de transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente, tendo sido dada continuidade à implementação dos Planos de Gestão Sectoriais, a saber: Plano de Gestão de Resíduos (aprovado em novembro/2017), Plano para a Implementação de Critérios Ambientais nos Processos de Aquisição da AR (aprovado em abril/2018), Plano de Gestão de Energia (aprovado em novembro de 2018) e Plano de Gestão da Água de Consumo (aprovado em março de 2020), foi apresentada a metodologia e o resultado do cálculo da pegada ecológica para o ano base de 2019 (6 747 toneladas de CO₂e) foi aprovado o Programa para a Neutralidade Carbónica e o cronograma de ações associadas, com um horizonte de projeto até 2030, e foi publicada em Diário da AR de 29/12 a Declaração de Compromisso Ambiental da AR.

Em 2022, foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- Participação permanente na campanha “Papel por Alimentos”, do Banco Alimentar Contra a Fome, com envio de 17,5 toneladas de papel em 2022;
- Participação da Assembleia da República na Hora do Planeta de 2022 (em março de 2022);
- Criação da Agenda Ecológica para 2022, à venda na Livraria Parlamentar;
- Criação da rubrica “Património Sustentável na AR” no âmbito das jornadas do Património;
- Criação das rubricas “Dia Aberto de Produtores”, “O que é a qualidade do ar interior e problemas típicos associados” e “O percurso da beata” no âmbito dos Dias da Saúde da AR;
- Criação de medidas de poupança extraordinárias de energia e de água (Despacho 020/XV/SG);
- Inclusão de um veículo 100% elétrico na frota da AR;

- Assinatura do Protocolo de Colaboração entre a AR e o Banco de Bens Doados da Entrajuda;

Da contínua implementação das ações associadas à política ambiental da AR, destaca-se o envio para destino final adequado de 14 toneladas de resíduos (vide gráfico1) e os resultados da pegada da AR para o ano base, em concordância com a organização da informação da ISO 14064, utilizada como norma de referência (vide gráfico2).

Gráfico 9 - EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE DE RESÍDUOS ENVIADOS ANUALMENTE PARA DESTINO FINAL ADEQUADO

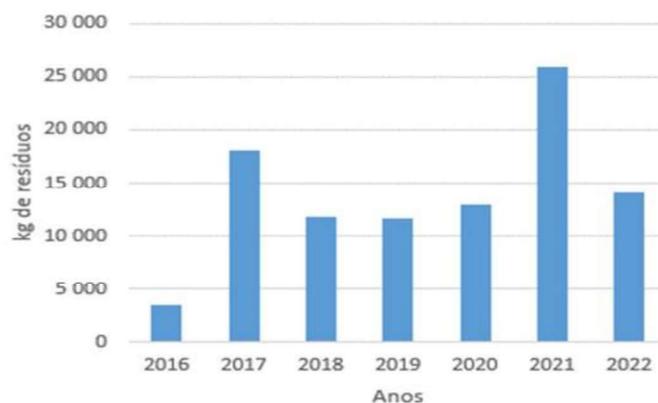
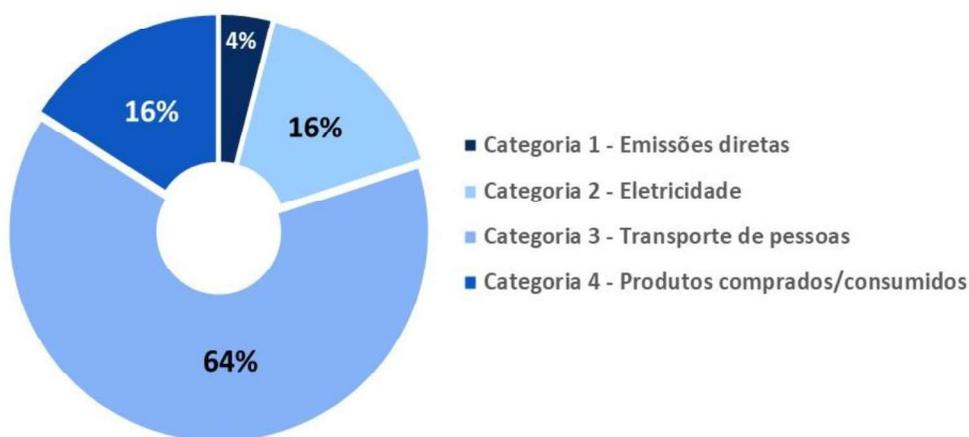


Gráfico 10 - DISTRIBUIÇÃO DA PEGADA DA AR (2019)



3.4.3. No que respeita à **Biblioteca Passos Manuel**, foram recebidos **715 pedidos no ano de 2022 e foram emprestados 2.579 documentos** (gráfico 9), sendo que no final do ano existiam no catálogo um **total de 141.279 registos** bibliográficos, dos quais: 57.896 são registos de monografias, 3.523 são registos de séries e 79.860 são registos de analíticos (artigos de publicações em série e de monografias) (gráfico 10).

Gráfico 11 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS À BIBLIOTECA PASSOS MANUEL

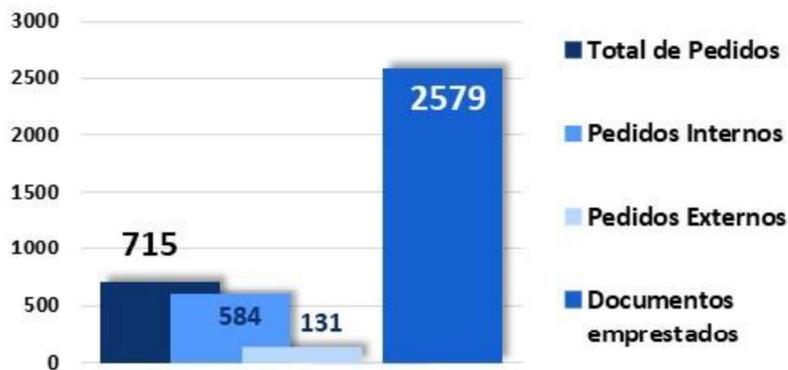
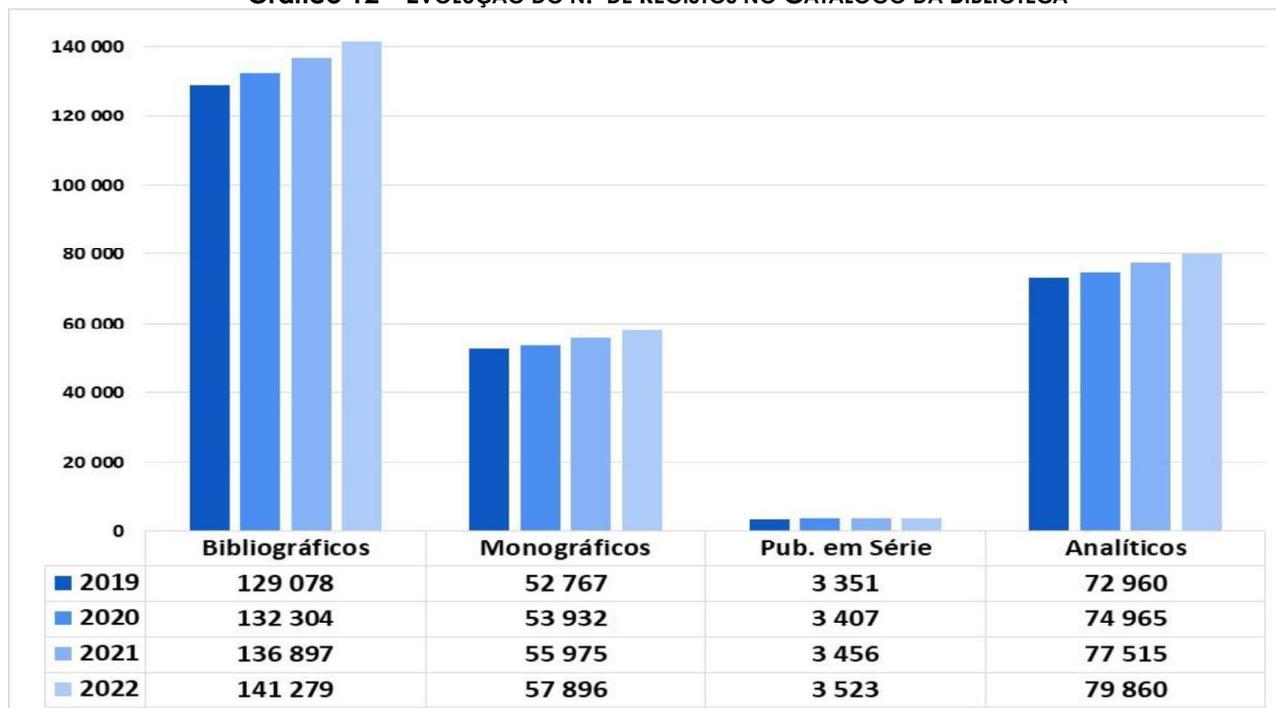
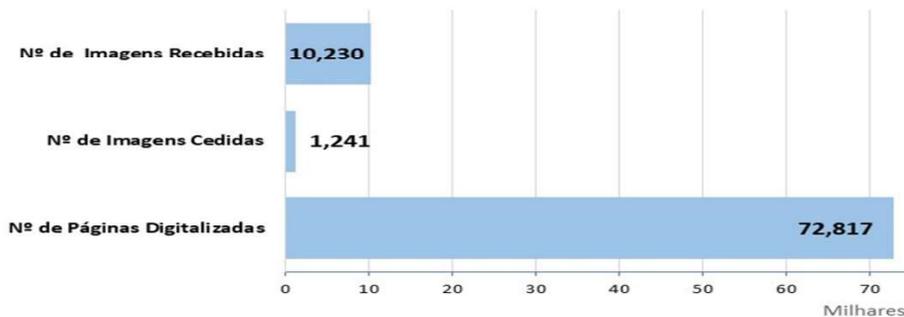


Gráfico 12 - EVOLUÇÃO DO N.º DE REGISTOS NO CATÁLOGO DA BIBLIOTECA



3.4.4. No que respeita à atividade do **Arquivo Histórico Parlamentar**, registamos no quadro abaixo os valores que refletem as ações mais relevantes relacionadas com o enriquecimento do espólio do arquivo ao nível das imagens – com a aquisição de fotografias e a sua cedência a requerentes internos e externos – e com a digitalização dos documentos, que resulta da alteração de paradigma da investigação presencial no arquivo pela mais elevada pesquisa *on-line* e consequente acesso fácil à informação.

Gráfico 13 – DISTRIBUIÇÃO DAS AÇÕES POR IMAGENS AO ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR



3.4.5. A atividade do Núcleo de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2022, nas vertentes de tradução, retroversão e revisão de textos em seis línguas de trabalho (alemão, árabe, espanhol, francês, inglês e português), num total de 291 pedidos que se traduzem em 1 400 páginas. Destes pedidos, apenas 37 foram externalizados, num valor total de 2 240 euros. Esta diminuição deve-se sobretudo ao facto de haver, a partir de fevereiro de 2021, uma tradutora interna para os pares de línguas inglês e português (o início de funções da funcionária parlamentar advém da finalização do procedimento concursal para o ingresso de uma tradutora para os pares de línguas inglês e português, cujo estágio probatório foi iniciado em 11 de março de 2021).

Quanto às tipologias dos documentos objeto de pedidos de tradução, destaca-se o aumento do número de pedidos de cartas, representando cerca de um quarto da totalidade dos pedidos deste ano, face ao período homólogo, seguindo-se, por ordem decrescente: publicações e ementas.

TIPOLOGIA DE DOCUMENTOS



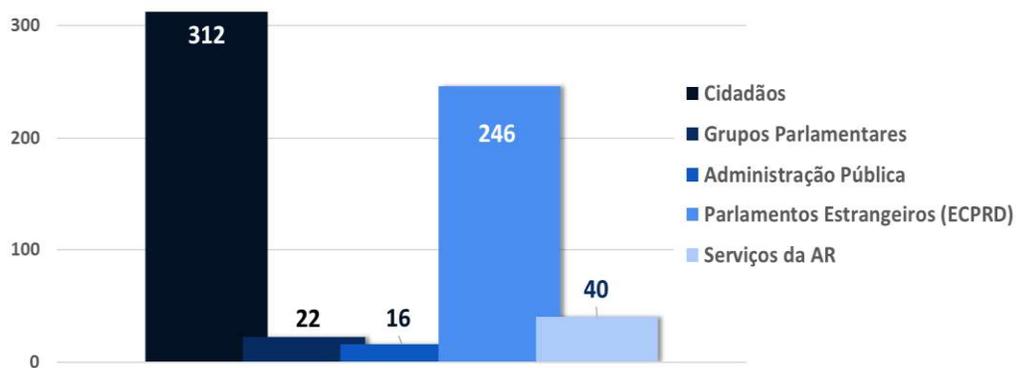
CAR – cartas; **PUB** – publicações; **EXP** – exposições; **WEB** – site; **DC** – discursos; **CAT** – catálogos/modelos; **PG** – programas; **EM** – ementas; **CV** – curricula; **APR** – apresentações; **REL** – Relatórios; **QST** – questionários; **LEG** – legislação.

O âmbito em que foram feitos os pedidos foi muito diversificado, destacando-se a eleição de Sua Exa. o Presidente da AR. Para além das tarefas de tradução, foram desenvolvidas outras tarefas inerentes ao funcionamento do Núcleo de Tradução, tais como:

- testes à Base de Dados dos pedidos ao Núcleo de tradução devido ao desenvolvimento de novas funcionalidades pela DSI;
- apresentação sobre o trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Tradução a entidades externas.

3.4.6. Durante o ano de 2022, foi prestada **informação no âmbito da legislação nacional e estrangeira**, a utilizadores internos e externos, que correspondeu no total a 636 respostas.

Gráfico 14 – DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO



4 – Atividade Editorial

O ano de 2022 traduz o ciclo económico em que se registaram os mais elevados valores: na edição de publicações (20) – resultando em 14 sessões de apresentação pública; na edição/reedição de peças/artigos (104); em volume de vendas (77.424,19€); e em quantidade de itens vendidos (13.232).

Neste período a AR triplicou a sua participação em feiras do livro – de 1 para 3 – nomeadamente com a presença na Festa do Livro de Belém, na Feira do Livro de Coimbra e na Feira do Livro de Lisboa, bem como no FOLIO, festival literário internacional de Óbidos, tendo resultado no maior volume de vendas em certame desde o início da contabilização desta tipologia de registos.

Pese embora o facto de as competências de design gráfico mais diretamente ligadas à comunicação da atividade e dos eventos parlamentares terem sido transferidas para outro Serviço, foram produzidos 159 materiais gráficos para um vasto conjunto de itens e iniciativas, incluindo o apoio a outros SAR na prossecução de vários projetos.

O ano 2022 coincidiu igualmente com a mobilização de esforços de inserção de grande parte dos artigos (publicações e peças) no *backoffice* da Livraria Parlamentar online, com vista ao seu lançamento em 2023, abrindo deste modo um novo canal permanente de vendas e contacto com o público. Com o propósito de dinamizar a Livraria Parlamentar e divulgar as edições e peças da Assembleia da República junto do público interno, merecem ainda destaque a realização diversas campanhas temáticas evocativas de dias festivos (12), as iniciativas “Pausas na Livraria”, para além de presença e divulgação regular nas redes sociais.

Refira-se, por fim, a importância da criação de um novo cartão de cliente, bem como de novas secções de acolhimento de livros externos que ampliaram o interesse do público – interno e externo - pela Livraria Parlamentar, reforçando a trajetória de recuperação do período de pandemia.

Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DO VOLUME DE VENDAS (2019-2022)

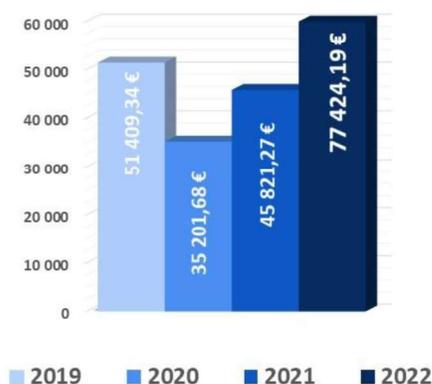
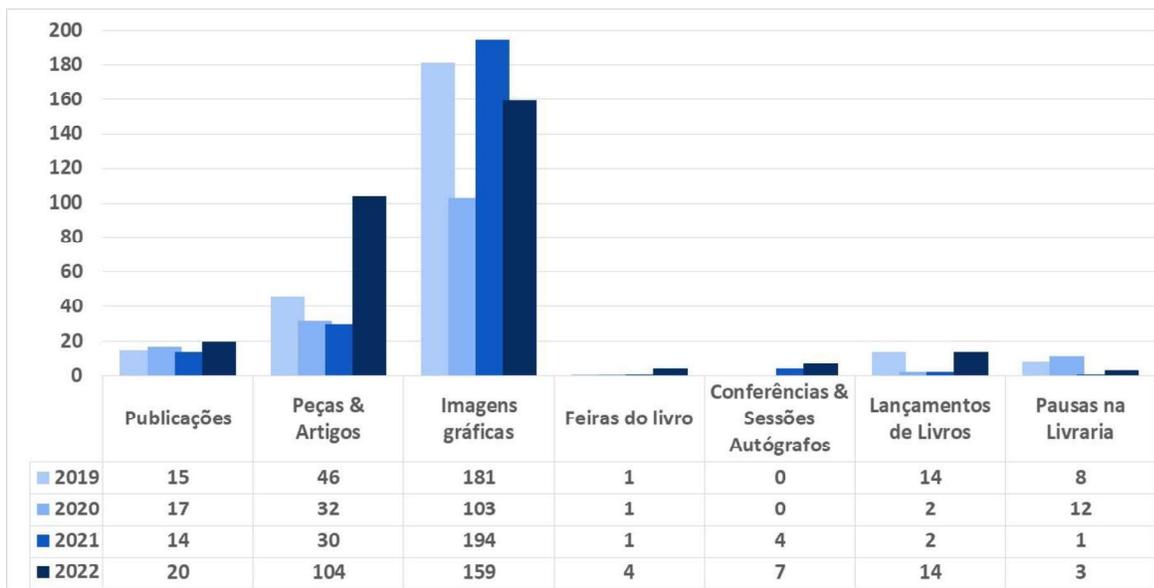


Gráfico 16 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL (2019-2022)



5. Cooperação Interparlamentar

5.1. Bilateral

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2022, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com Parlamentos de Língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 3 ações presenciais e uma ação por videoconferência;**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) –13 ações presenciais e 4 ações por videoconferência;**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 11 ações presenciais e 2 ações por videoconferência;**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 15 ações presenciais, 3 por videoconferência e 1 via email;**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 6 ações (por videoconferência);**

5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral e, no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), aprovadas para o biénio 2022-2023, a Assembleia da República participou nas seguintes atividades:

- XVI Encontro de Quadros Informática ASG PLP – 2 a 4 maio, Cabo Verde;
- XXII Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa – 4 a 7 de maio, Cabo Verde;
- II Encontro de Quadros de Gestão Patrimonial dos Parlamentos de Língua Portuguesa– 26 a 30 de julho, Luanda.

No âmbito do mesmo plano de atividades, organizou ainda o Seminário Virtual sobre Cibersegurança em contexto parlamentar nos dias 28 a 30 de novembro.

No quadro da parceria estabelecida com a INTER PARES e com o objetivo de definir o plano de trabalho desta parceria, a Assembleia da República participou numa sessão de trabalho, por videoconferência, que contou com a participação da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Assembleia da República de Portugal, Comissão Europeia, Delegação da UE, INTERPARES.

Ações realizadas em 2022:

- Videoconferência com a INTER PARES e com o Conselheiro do Presidente da ANPGB, 2 de março;
- Videoconferência - AR (DRIC e DAC) - ANPGB - INTER PARES, 9 de março;
- Cooperação - INTERPARES – Ação 45 – “Redação de um Manual de Fiscalização e ação 46 “formação sobre o Manual de Fiscalização”, 15 a 19 de novembro, Bissau.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

O ano 2022 foi marcado por três eventos que tiveram um impacto muito significativo ao nível dos trabalhos desenvolvidos por esta Direção: em primeiro lugar, as **eleições Legislativas** que tiveram lugar no início do ano e que ditaram uma alteração considerável na composição parlamentar, em segundo lugar a entrada em **funcionamento do Sistema de Gestão Documental** e, por fim, o facto de ter sido exposta publicamente **informação digital da AR**, forçando análises e auditorias e implementação de reforços da segurança do SIAR.

Para além dos eventos referidos que tiveram um impacto grande ao nível de custos e volume de trabalho, foram concretizados vários projetos que haviam sido planeados que contribuirão para os objetivos estratégicos estabelecidos para este Serviço, dos quais se realçam:

6.1 – Ao nível do **reforço da segurança informática e de informação** realçam-se os seguintes projetos:

- Concretização de Auditorias de segurança, nomeadamente “Auditoria Controlos de Segurança”, Infraestrutura”, incluindo infraestrutura física e lógica de redes , bem como auditoria anual à ERAR;
- Implementação de funcionalidade de segurança na comunicação de dispositivos móveis para sincronização de correio;
- Expansão da capacidade da aplicação de proteção de *Web Application Firewall* (WAF) e alargado o âmbito da sua proteção;
- Ciclo de *upgrade* de soluções do SIAR;
- Instalação de UPS (*Unit Power Supply*) nos bastidores do hemiciclo;
- Criação de mecanismo para criação e envio de password por SMS;
- Transferência do domínio e externalização das contas de e-mail para a Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC) e para a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE) num *Internet Service Provider*;

6.2 - No âmbito da **promoção da modernização administrativa e tecnológica**, destacam-se os seguintes projetos:

- A entrada em produção do Sistema de Gestão documental;
- Implementação do posto único de trabalho nos Serviços localizados no edifício na Av. D. Carlos I n.º 128;
- Disponibilização de rede de fibra ótica para o tráfego de media audiovisual para interligação de Hemiciclo, Senado e Canal Parlamento;

- Implementação de alterações ao sistema de gestão da tramitação do Orçamento do Estado na AR (AR@PLOE) de acordo com o solicitado pela Comissão de Orçamento e Finanças e pelos SAR;
- Implementação do *eDelivery Access Point – e-TrustEx Backend Plugin*;
- Requalificação dos Bastidores 53, 54, 55 e 73, projeto que visou a requalificação da rede em zonas críticas e cujos trabalhos contribuíram também para o reforço da segurança física da rede;
- Desenvolvimento e disponibilização de aplicação de Gestão das Publicações dos procedimentos de contratação;
- Sistema para a acreditação permanente de jornalistas na AR;
- Formação aos SAR sobre edição de páginas e gestão de conteúdos na AR@Net.

6.3 – Relativamente ao desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas já existentes, foram implementados diversos projetos que concorreram para este objetivo, entre os quais:

- Reformulação do sistema de geração de dados abertos;
- Desenvolvimento de um novo formulário de Registo de Interesses, de acordo com a Lei n.º 69/2020, de 9 de novembro, contemplando mecanismos de pré-carregamento dos dados registados na versão anterior dos formulários, facilitando o preenchimento por parte dos Deputados.
- Desenvolvimento do novo sistema de Agenda Parlamentar / Boletim Informativo;
- Desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Gestão da Atividade Parlamentar (AP);
- Alterações à estrutura dos sites das Comissões/Subcomissões/GT na AR@Net e site do Parlamento.

6.4 – Ao nível do reforço do potenciar a redução de custos, realça-se o seguinte:

- Reafecção dos computadores AIO, recolhidos no âmbito da implementação do posto único, aos técnicos de apoio parlamentar;
- Gestão eletrónica das inscrições em eventos promovidos pelas Comissões, Subcomissões e GT.

7. Investimentos

7.1 Investimentos realizados em 2022

No âmbito do investimento, ressalta do Quadro 13, que, apesar de um acréscimo de 23% no montante orçamentado para 2022, face a 2021, sobretudo para fazer face à empreitada do Centro Interpretativo Parlamentar, a respetiva execução foi de apenas 44,1% (Quadro 14), nomeadamente face à menor execução nas rubricas de "bens de domínio público" (4,2%) e "equipamento administrativo" (46,8%).

Quadro 13 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unid: Euro

INVESTIMENTO	OAR2021	OAR2022	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3
Edifícios	1 577 988,00	2 322 665,00	47,2%
Equipamento de informática	1 352 446,00	2 490 345,34	84,1%
Software informático	1 117 939,00	1 215 479,00	8,7%
Equipamento Administrativo	568 300,00	586 804,00	3,3%
Artigos e objetos de valor	5 000,00	17 985,00	259,7%
Equipamento de gravação e audiovisual	1 968 800,00	811 959,00	-58,8%
Bens do Domínio Público	1 293 369,00	2 250 456,00	74,0%
TOTAL	7 883 842,00	9 695 693,34	23,0%

Quadro 14 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unid: Euro

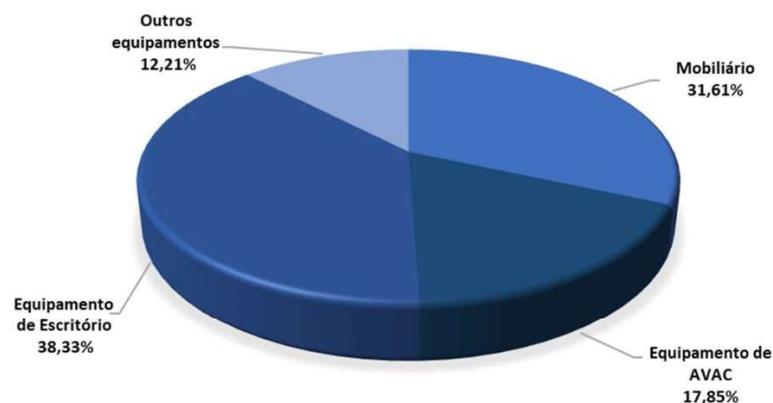
INVESTIMENTO	2022		
	Corrigido	Encargos Assumidos	GR%
	1	2	3
Edifícios	2 322 665,00	1 544 376,10	66,5%
Equipamento de informática	2 490 345,34	1 282 947,46	51,5%
Software informático	1 215 479,00	620 691,61	51,1%
Equipamento Administrativo	586 804,00	274 673,87	46,8%
Artigos e objetos de valor	17 985,00	17 947,18	99,8%
Equipamento de gravação e audiovisual	811 959,00	438 351,57	54,0%
Bens do Domínio Público	2 250 456,00	94 455,68	4,2%
TOTAL	9 695 693,34	4 273 443,47	44,1%

A reduzida execução orçamental nas rubricas do investimento foi consequência em grande medida dos impactos da pandemia por COVID-19, com reflexo no atraso sobretudo nas empreitadas e na entrega de materiais-, a que acresceu o aumento dos preços dos bens associados à guerra na Ucrânia, condicionantes da evolução da economia.

Os objetivos estratégicos, na envolvente do investimento, passaram por **garantir melhores condições de trabalho com ecoeficiência**, designadamente através das seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR, GP's, DURP's, NINSC e EAI dos equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que neste domínio do "Equipamento administrativo" verificou-se uma taxa de execução orçamental na ordem dos 46,8%, distribuída pelas seguintes áreas:

Gráfico 17 – DISTRIBUIÇÃO DO INVESTIMENTO EM EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO EM 2022



Observa-se que o maior investimento, no domínio do equipamento administrativo, foi realizado em equipamentos de escritório diverso (38,3%) – distribuídos pelos vários centros de custos, sendo os seguintes:

- Aquisição de diversos televisores para os Gabinetes, Grupos Parlamentares e Serviços, substituindo os televisores antigos por LCD's que ocupam menos espaço e são mais eficientes do ponto de vista energético, consumindo menos eletricidade;
- Aquisição de três fornos convetores, sendo dois destinados à cozinha do Palácio de São Bento e um destinado à cozinha do NE;
- Aquisição de máquinas de lavar copos e de roupa para uma algumas copas e instalações de limpeza, respetivamente;
- Aquisição de candeeiros de secretária e máquinas de destruir papel destinados aos GP's e Serviços da AR;
- Aquisição de uma placa de cozinha para as instalações da creche da AR;
- Aquisição de diversos frigobares e micro-ondas para os vários centros de custos;
- Aquisição de diversos eletrodomésticos destinados à ROPAR;

Por outro lado, o investimento efetuado no mobiliário (31,6%) continuou a assentar na política de substituição de cadeiras de secretárias nos GP's e SAR, acompanhada da aquisição de alguns postos de trabalho destinados a novos funcionários. De destacar, ainda neste âmbito, a substituição de

diverso mobiliário destinado a vários Grupos Parlamentares, com o objetivo de melhorar e rentabilizar o espaço existente, tornando-o mais funcional.

Na vertente de aquecimento, ventilação e ar condicionado – AVAC (17,9%) – o investimento foi distribuído pelos vários edifícios da AR, o qual Incluiu as seguintes ações:

- Fornecimento de três unidades de AVAC destinadas ao edifício das Entidades Autónomas Independentes (EAI), designadamente às seguintes entidades: CNPD (1), CADA (1), CFSIRP (1);
- Fornecimento de seis unidades para diversos gabinetes instalados no Palácio de São Bento: GABPAR (1), sala do MAP (2), gabinete dos Secretários de Mesa (2) e CA (1);
- Aquisição de três unidades de AVAC para serviços instalados no Palácio: DAPLEN (2) e DAC (1);
- Aquisição de três unidades de AVAC para serviços instalados no Edifício na Av. D. Carlos I n.º 128: Biblioteca (1), DGF (1) e DAF (1);
- Aquisição de três unidades de AVAC para serviços instalados no Edifício Novo: BIB (1) e áreas de bastidores (2).

Por último, o investimento efetuado em outros equipamentos (12,2%) destinou-se, sobretudo, ao fornecimento de uma plataforma elevatória de escada para o Novo Edifício, à aquisição de uma UPS para o NE, entre outras.

- **Melhoria contínua das instalações** que agrega a **conservação do Património Imobiliário da AR**. Em termos de obras de melhoria/conservação foram concluídas as seguintes **empreitadas**:
 - Empreitada para instalação de grupo eletrogéneo de apoio à instalação elétrica dos edifícios da Assembleia da República na Av. D. Carlos I;
 - Empreitada para instalação de climatização no lado direito do 5º piso do Ed. D. Carlos I.
 - Empreitada de alteração dos ecopontos no parque interior do Palácio de São Bento.

Verifica-se que o investimento efetuado na rubrica "Edifícios" incidiu nos dois edifícios da Av. D. Carlos I e destinou-se, essencialmente, a renovar a infraestrutura elétrica de suporte aos dois edifícios, em simultâneo com a climatização do lado direito do 5º piso do n.º 128. Nesta rubrica, de referir que a execução orçamental alcançada no final de 2022 (66,5%) é justificada pela execução em curso da empreitada para instalação do Centro Interpretativo Parlamentar (CIP) no edifício Casa Amarela.

No que respeita à rubrica de "Bens do domínio público, a qual apresenta uma fraca execução orçamental (4,20%), verifica-se que apenas foi concluída a empreitada de alteração dos ecopontos no parque interior do Palácio de São Bento. A fraca execução desta rubrica tende a ser justificada, por um lado, pelos atrasos nos projetos e respetivas revisões, devido à complexidade dos mesmos,

(sendo exemplos, a empreitada de requalificação dos sótãos no andar nobre (3ª fase) e a empreitada de requalificação do espaço do refeitório do Palácio de São Bento cujas reformulações atrasaram o lançamento dos procedimentos concursais) e, por outro lado, pelos projetos que aguardam parecer de outras entidades externas (designadamente o projetos relativos à requalificação do Jardim do parque interior do Palácio de São Bento, que se encontra a aguardar parecer da DGPC, e as adaptações ao piso térreo do Edifício na Av. D. Carlos I nº 134 para assegurar a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, que se encontra a aguardar resposta da EDP).

Estas situações contribuem fortemente para que a calendarização estabelecida para cada ano seja posta em causa, inviabilizando as ações subseqüentes previstas e que correspondem à efetiva execução das empreitadas.

Assim, a adicionar a estes aspetos, não podemos deixar de mencionar o presente contexto económico que caracterizou o ano de 2022 e que claramente afetou os objetivos previstos, nomeadamente, o comportamento imprevisível do mercado da construção, caracterizado pelo aumento nos preços de muitos materiais (em particular bens energéticos e metais), dificuldades de angariação de recursos humanos e indefinição dos prazos de entrega, contribuindo para que alguns procedimentos pré-contratuais tenham ficado desertos, obrigando à sua reformulação e à abertura de novos procedimentos, com reflexo no tempo de execução de alguns investimentos.

7.2 Projetos transitados para 2023

A identificação dos projetos da Assembleia da República com encargos transitados para 2023, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 15 – PROJETOS DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2023

	Unid: Euro
BENS DO DOMÍNIO PÚBLICO	
07.03.02 - Bens de Domínio Público - edifícios	12 482,33
Edifícios	
07.01.03 B0A0 - Edifícios - Conservação e Reparação	653 809,04
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
07.01.07 A e B - Material de informática - hw comunicação e outro	176 928,06
SOFTWARE INFORMÁTICO	
07.01.08 A e B - Software informático - software de comunicação e outro software	173 397,93
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
07.01.09 B -Outro equipamento administrativo	29 169,61
ARTIGOS E OBJETOS DE VALOR	
07.01.12 B -Artigos e Objetos de Valor	7 259,96
EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	
07.01.15 B0A0 - Equipamento Audiovisual	63 687,26
Total	1 116 734,19

8. Financiamento

8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas ("Comissão Nacional de Eleições" (CNE), "Comissão Nacional de Proteção de Dados" (CNPD), "Entidade Reguladora para a Comunicação Social" (ERC), "Provedoria de Justiça", "Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos" (CADA), "Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida" (CNECV)) e "Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos de Pessoas com Deficiência" (Me-CDPD), mas também as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR: "Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa" (CFSI), "Conselho dos Julgados de Paz" (CJP), "Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida" (CNPMA), "Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal" (CFSIIC), "Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN" (CFBD – ADN), "Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado" e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

No que respeita aos orçamentos das entidades autónomas que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro abaixo, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital), as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) integram exclusivamente o OE, não constando no OAR.

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2021	OAR2022	Var%
	corrigido	corrigido	
	1	2	3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2 000 000,00	2 500 000,00	25,0%
Comissão Nacional de Eleições	2 709 963,00	2 769 800,00	2,2%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 269 880,00	0,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2 361 869,00	2 489 720,00	5,4%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	812 000,00	806 000,00	-0,7%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	318 634,00	318 640,00	0,0%
Monitorização da Implementação Conv enção DPD	280 193,00	279 329,00	-0,3%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	196 532,00	191 070,00	-2,8%
Conselho dos Julgados de Paz	277 394,00	267 510,00	-3,6%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	316 211,77	258 010,00	-18,4%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	218 528,00	268 894,00	23,0%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	82 719,00	80 419,00	-2,8%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	153 950,00	147 100,00	-4,4%
Observatório Técnico Independente	168 303,83	0,00	-100,0%
Comissão Indep. Acomp. e Fiscaliz. Medidas Especiais CP	203 463,00	361 400,00	77,6%
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	46 000,00	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	16 000,00	16 000,00	0,0%
TOTAL	15 431 640,60	16 069 772,00	4,1%

A análise do Quadro 16, permite concluir se verificou um **acréscimo de 4,1%** (638.131,40€), no total das verbas inscritas para estas entidades no OAR2022, face aos montantes inscritos no OAR2021 corrigido, o que decorre essencialmente da despesa prevista no OAR2022 para a ERC (25% + 500.000,00€), a CIMEC (77,6% + 157.937,00€), a CNPD (5,4% +127.851,00€), a CNE (2,2% + 59.837€) e o CFSIIC (23% - 50.066,00€)

O **grau de realização global verificado nesta atividade é de 93,5%**, sendo que, no que respeita às Entidades autónomas que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2022 e à não requisição da totalidade das verbas, atendendo, por exemplo, ao nível de receitas próprias registado por algumas entidades.

No que respeita aos restantes Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 92,7% (CIMEC) e 26,8% (EFSE), como se infere do Quadro 17:

Quadro 17 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

ENTIDADES	OAR2022		
	Dotação corrigida 1	Encargos Assumidos 2	GR% 3
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	2 500 000,00	2 500 000,00	100,0%
Comissão Nacional de Eleições	2 769 800,00	2 753 300,00	99,4%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 269 880,00	100,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	2 489 720,00	2 200 000,00	88,4%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	806 000,00	806 000,00	100,0%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	318 640,00	283 193,00	88,9%
Monitorização da Implementação Convenção DPD	279 329,00	0,00	0,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	191 070,00	168 037,89	87,9%
Conselho dos Julgados de Paz	267 510,00	234 348,28	87,6%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	258 010,00	167 640,35	65,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	268 894,00	164 089,12	61,0%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	80 419,00	58 784,29	73,1%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	147 100,00	39 395,37	26,8%
Comissão Indep. Acomp. e Fiscaliz. Medidas Especiais CP	361 400,00	335 131,42	92,7%
Associação dos Ex-Deputados	46 000,00	37 500,00	81,5%
Grupo Desportivo Parlamentar	16 000,00	0,00	0,0%
TOTAL	16 069 772,00	15 017 299,72	93,5%

8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, importa salientar que a Lei n.º 4/2017, de 16 de janeiro, determinou a redução definitiva de 10% das subvenções aos partidos políticos a que se refere o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho e de 20% da subvenção para campanhas eleitorais, a que se refere o n.º 4 e 5 do artigo 17.º do mesmo diploma legal.

Nestes termos, foram inscritos 15.349.758,00€ para fazer face ao pagamento das **subvenções aos partidos políticos** considerando os votos/resultados eleitorais das eleições Legislativas de 2022, com um grau de execução de 100%.

Foram ainda orçamentados, a título de **“subvenção pública para as campanhas eleitorais”**, 11.425.622,78€, alcançando uma taxa de execução orçamental de 98,44%, salientando-se que esta verba (incluindo os 6,8€ milhões das Legislativas antecipadas que não haviam sido orçamentados no OAR2022 inicial), foi integralmente proveniente de saldos de campanhas de eleições realizadas em anos anteriores .

Os saldos de subvenções para as campanhas eleitorais, ascenderam a zero à data de 31/12/2022, cfr. quadro infra:

Quadro 18 – SUBVENÇÕES PÚBLICAS PARA AS CAMPANHAS ELEITORAIS

Unidade: Euro

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2021	REQUISITADO AO OE EM 2022	EXECUÇÃO EM 2022	Execução com Saldo Gerência AR 3a	DEVOLVIDO A DGT EM 2022	RNAPS COBRADAS EM 2022	Reposições a Saldo Gerência AR 5a	Compensação à atualização IAS 2022 6	Reafetação de saldo em compensação 7	Ato Eleitoral ou Subvenção pública compensada pelo Saldo 8	SALDO 31/12/2022
	1	2	3		4	5					9 (1+2-3-4+5-6+7)
AUTÁRQUICAS 2013	75 816,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-75 816,21	aplicado em Aut.2021	0,00
AUTÁRQUICAS 2017	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	210,23	0,00	-200 000,00	aplicado em Aut.2021	0,00
PRESIDENCIAIS 2021	55 169,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-55 169,00	aplicado em Aut.2021	0,00
AUTÁRQUICAS 2021	12 172 079,57	0,00	4 317 382,08	123 853,03	0,00	0,00	19 080,87	0,00	-7 854 697,49	Leg2022 & Subv. Partidos	0,00
LEGISLATIVAS 2022	0,00	0,00	6 806 018,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 806 018,70	recurso ao saldo de AUT21	0,00
Subvenção aos Partidos 202	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 379 664,00	1 379 664,00	recurso ao saldo de AUT21	0,00
TOTAL	12 503 064,78	0,00	11 123 400,78	123 853,03	0,00	0,00	19 291,10	1 379 664,00	0,00		0,00

9. Execução Financeira

9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 82,6%, face a uma execução financeira que foi de 80,7%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

DESPESA POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	Dotação corrigida 1	OAR2022		GR%	
		Encargos Assumidos 2	Despesa Paga 3	Orçamental 4 (2/1)	Financeira 5 (3/1)
Corrente	80 081 697,53	66 230 024,96	64 794 919,92	82,7%	80,9%
Despesas com Pessoal	54 964 607,98	50 307 347,62	50 303 333,07	91,5%	91,5%
Remun. certas e permanentes	41 423 224,98	38 678 497,53	38 674 482,98	93,4%	93,4%
Abonos variáveis ou eventuais	4 080 810,00	2 721 167,46	2 721 167,46	66,7%	66,7%
Segurança social	9 460 573,00	8 907 682,63	8 907 682,63	94,2%	94,2%
Aquisição de bens e serviços	20 891 794,74	14 608 322,26	13 177 531,77	69,9%	63,1%
Aquisição de bens	1 653 141,00	1 169 258,69	948 629,61	70,7%	57,4%
Aquisição de serviços	19 238 653,74	13 439 063,57	12 228 902,16	69,9%	63,6%
Juros e outros encargos	4 500,00	4 000,12	4 000,12	88,9%	88,9%
Juros e outros encargos	4 500,00	4 000,12	4 000,12	88,9%	88,9%
Transferências correntes	62 500,00	37 500,00	37 500,00	60,0%	60,0%
Entidades Privadas ou Públicas	62 000,00	37 500,00	37 500,00	60,5%	60,5%
Exterior	500,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Subvenções	1 054 745,00	1 019 732,48	1 019 732,48	96,7%	96,7%
Subvenção aos Grupos Parlam.	1 054 745,00	1 019 732,48	1 019 732,48	96,7%	96,7%
Outras despesas correntes	3 103 549,81	253 122,48	252 822,48	8,2%	8,1%
Dotação provisional	2 755 938,81	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	347 611,00	253 122,48	252 822,48	72,8%	72,7%
Capital	13 028 170,00	4 281 983,86	3 165 249,67	32,9%	24,3%
Aquisição de bens de capital	9 724 426,00	4 281 983,86	3 165 249,67	44,0%	32,5%
Investimentos	7 473 970,00	4 187 528,18	3 083 276,32	56,0%	41,3%
Bens do Domínio Público	2 250 456,00	94 455,68	81 973,35	4,2%	3,6%
Transferência de Capital	500,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Resto do Mundo	500,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Outras despesas de capital	3 303 244,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Dotação provisional	3 303 244,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Total AR	93 109 867,53	70 512 008,82	67 960 169,59	75,7%	73,0%
Transf. Ent. Aut. & subvenções	41 208 750,12	40 409 383,83	40 409 383,83	98,1%	98,1%
Transferências correntes	13 847 869,00	13 231 373,00	13 231 373,00	95,5%	95,5%
Administração Central	13 847 869,00	13 231 373,00	13 231 373,00	95,5%	95,5%
Subsidios/ Subvenções	26 775 380,78	26 597 010,49	26 597 010,49	99,3%	99,3%
Instituições/ fins lucrativos	26 775 380,78	26 597 010,49	26 597 010,49	99,3%	99,3%
Transferência de Capital	585 500,00	581 000,00	581 000,00	99,2%	99,2%
Administração Central	585 500,00	581 000,00	581 000,00	99,2%	99,2%
Outras despesas de capital	0,34	0,34	0,34	100,0%	100,0%
Saldos - Devolução Tesouro	0,34	0,34	0,34	100,0%	100,0%
Total Global	134 318 617,65	110 921 392,65	108 369 553,42	82,6%	80,7%

A despesa assumida que não teve execução financeira ascendeu a 2.551.839,23€, cuja distribuição por classificação económica pode verificar-se no quadro infra de origem à transição de encargos, para 2023.

O Quadro 20 evidencia, assim, os encargos transitados para 2023 por pagar (deste valor só transitam os encargos por processar, distintos dos "por pagar"), e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2023 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2022				Encargos por pagar 5 (1-3)
	Encargos Assumidos 1	Estrutura 2 (1/Σ1)	Despesa Paga 3	Estrutura 4 (3/Σ3)	
Corrente	66 230 024,96	59,7%	64 794 919,92	59,8%	1 435 105,04
Despesas com Pessoal	50 307 347,62	45,4%	50 303 333,07	46,4%	4 014,55
Remun. certas e permanentes	38 678 497,53	34,9%	38 674 482,98	35,7%	4 014,55
Abonos variáveis ou eventuais	2 721 167,46	2,5%	2 721 167,46	2,5%	0,00
Segurança social	8 907 682,63	8,0%	8 907 682,63	8,2%	0,00
Aquisição de bens e serviços	14 608 322,26	13,2%	13 177 531,77	12,2%	1 430 790,49
Aquisição de bens	1 169 258,69	1,1%	948 629,61	0,9%	220 629,08
Aquisição de serviços	13 439 063,57	12,1%	12 228 902,16	11,3%	1 210 161,41
Juros e outros encargos	4 000,12	0,0%	4 000,12	0,0%	0,00
Juros e outros encargos	4 000,12	0,0%	4 000,12	0,0%	0,00
Transferências correntes	37 500,00	0,0%	37 500,00	0,0%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	37 500,00	0,0%	37 500,00	0,0%	0,00
Subvenções	1 019 732,48	0,9%	1 019 732,48	0,9%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	1 019 732,48	0,9%	1 019 732,48	0,9%	0,00
Outras despesas correntes	253 122,48	0,2%	252 822,48	0,2%	300,00
Diversas	253 122,48	0,2%	252 822,48	0,2%	300,00
Capital	4 281 983,86	3,9%	3 165 249,67	2,9%	1 116 734,19
Aquisição de bens de capital	4 281 983,86	3,9%	3 165 249,67	2,9%	1 116 734,19
Investimentos	4 187 528,18	3,8%	3 083 276,32	2,8%	1 104 251,86
Bens do Domínio Público	94 455,68	0,1%	81 973,35	0,1%	12 482,33
Total AR	70 512 008,82	63,6%	67 960 169,59	62,7%	2 551 839,23
Transf. Ent. Aut. & subvenções	40 409 383,83	36,4%	40 409 383,83	37,3%	0,00
Transferências correntes	13 231 373,00	11,9%	13 231 373,00	12,2%	0,00
Administração Central	13 231 373,00	11,9%	13 231 373,00	12,2%	0,00
Subsídios/ Subvenções	26 597 010,49	24,0%	26 597 010,49	24,5%	0,00
Instituições/ fins lucrativos	26 597 010,49	24,0%	26 597 010,49	24,5%	0,00
Transferência de Capital	581 000,00	0,5%	581 000,00	0,5%	0,00
Administração Central	581 000,00	0,5%	581 000,00	0,5%	0,00
Outras despesas de capital	0,34	0,0%	0,34	0,0%	0,00
Saldos - Devolução Tesouro	0,34	0,0%	0,34	0,0%	0,00
Total Global	110 921 392,65	100,0%	108 369 553,42	100,0%	2 551 839,23

Considerando as **despesas correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,8%, tendo transitado por pagar o montante de 1.435.105,04€.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira face a encargos assumidos de 73,9% em contraste com os 69,2% alcançados em 2021 e 78,7% em 2020, ou os 67,8% alcançados em 2019, último ano antes da pandemia COVID-19. Transitou para 2023 um valor de despesa, autorizada e não paga, de 1.116.734,19€.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2023, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

9.2 Das Receitas

Importa salientar, na estrutura da receita, que as verbas cobradas pela Assembleia da República representam 0,3% das receitas totais. Assinala-se que estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um acréscimo de 199,1% face ao valor cobrado em 2021 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 133,5% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 23), taxas que tiveram origem na venda de um imóvel que a Assembleia da República possuía na Região Autónoma da Madeira (antigas instalações da Provedoria de Justiça).

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

RECEITAS COBRADAS POR NATUREZA	OAR 2021 1	OAR 2022 2	Var% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	17 828,91	32 287,29	81,1%
Outros bens	28 520,16	45 147,30	58,3%
Juros	1 111,11	622,22	-44,0%
Reposições não abatidas	31 968,69	157 734,51	393,4%
Vendas de senhas de refeição	146 048,28	191 676,07	31,2%
Rendas	52 398,48	50 963,87	-2,7%
Venda de bens de investimento	2 151,34	451 496,94	20886,8%
Receitas diversas - AR	9 297,70	21 454,35	130,7%
Indemnizações	35 348,69	19 796,65	-44,0%
Receitas Cobradas	324 673,36	971 179,20	199,1%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	29 257 549,84	23 156 884,53	-20,9%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	62 753 923,84	70 334 300,00	12,1%
Total	92 336 147,04	94 462 363,73	2,3%

Como se retira do Quadro 21, as receitas próprias cobradas pela AR tiveram variações positivas face ao ano anterior, reflexo acréscimo de atividade da AR no ano de 2022 com exceção das rendas, juros e indemnizações.

O **financiamento com origem no OE, que representa 74,5% do total do OAR2022** reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação positiva (12,1%) em relação a 2021, ano em que o financiamento do OE representou 68%. As receitas orçamentadas e cobradas em 2022 constam do quadro seguinte:

Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2022

Unidade: Euro

NATUREZA DA RECEITA	Receita OAR2022		
	corrigida 1	cobrada 2	GR% 3
Publicações, impressos e artigos diversos	16 500,00	32 287,29	195,7%
Outros bens	21 540,00	45 147,30	209,6%
Juros	500,00	622,22	124,4%
Reposições não abatidas	1 000,00	157 734,51	15773,5%
Vendas de senhas de refeição	200 000,00	191 676,07	95,8%
Rendas	51 185,00	50 963,87	99,6%
Venda de bens de Investimento	433 010,00	451 496,94	104,3%
Receitas diversas - AR	2 670,00	21 454,35	803,5%
Indemnizações	1 000,00	19 796,65	1979,7%
Receitas Cobradas	727 405,00	971 179,20	133,5%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	23 156 884,53	23 156 884,53	100,0%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	70 334 300,00	70 334 300,00	100,0%
Total	94 218 589,53	94 462 363,73	100,3%

Da análise do Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2022 foi superior à orçamentada, apresentando um grau de execução orçamental de 133,5%.

10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2022

Na sequência da implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (**SNC-AP**) encetado pela AR em 2017 nos termos previstos pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho (Notas de Enquadramento ao PCM), Manual de Implementação ao SNC-AP, entre outras disposições, emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística e pela UNILEO, manteve-se a continuidade na aplicação das Normas contabilísticas preconizadas, conforme implementado inicialmente em 2018.

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A prestação de contas, referente ao ano económico de 2022, é assim, apresentada de acordo com o normativo, SNC-AP e segundo as instruções preconizadas na Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, que introduziu, ainda em 2019, a reformulação da plataforma eletrónica de prestação de contas, bem como a organização da documentação integrante para a prestação de contas em SNC-AP, de acordo com o mencionado Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A NCP 1 define o formato de divulgação de informação adicional dos resultados da entidade sob a forma de indicadores de desempenho. Adicionalmente, as orientações da RPG 3 - *Reporting Service Performance Information* do IPSASB (*International Public Sector Accounting Standards Board*) incidem sobre informações de desempenho a incluir no relatório de gestão da entidade, em complemento às suas demonstrações financeiras, com o propósito de apresentar informações de desempenho e consolidação.

Em sequência, são apresentados os indicadores relevantes, de natureza económico-financeira e de natureza orçamental, que permitem a avaliação da extensão, eficiência e eficácia do desempenho da AR, facultando uma visão global da situação económico-financeira deste órgão de Soberania, no contexto específico da sua área de atuação.

Indicadores de natureza económico-financeiros:

Dimensão	Indicador
Liquidez	Liquidez Geral
	Liquidez Reduzida
	Liquidez Imediata
Rentabilidade	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)
	Taxa de Margem Bruta (TMB)
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)
	Prazo Médio de Inventários (PMI)
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)
	Programa Pagar a Tempo e Horas
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira
	Solvabilidade
	Grau de cobertura dos gastos financeiros
	Endividamento

Indicadores de natureza orçamental:

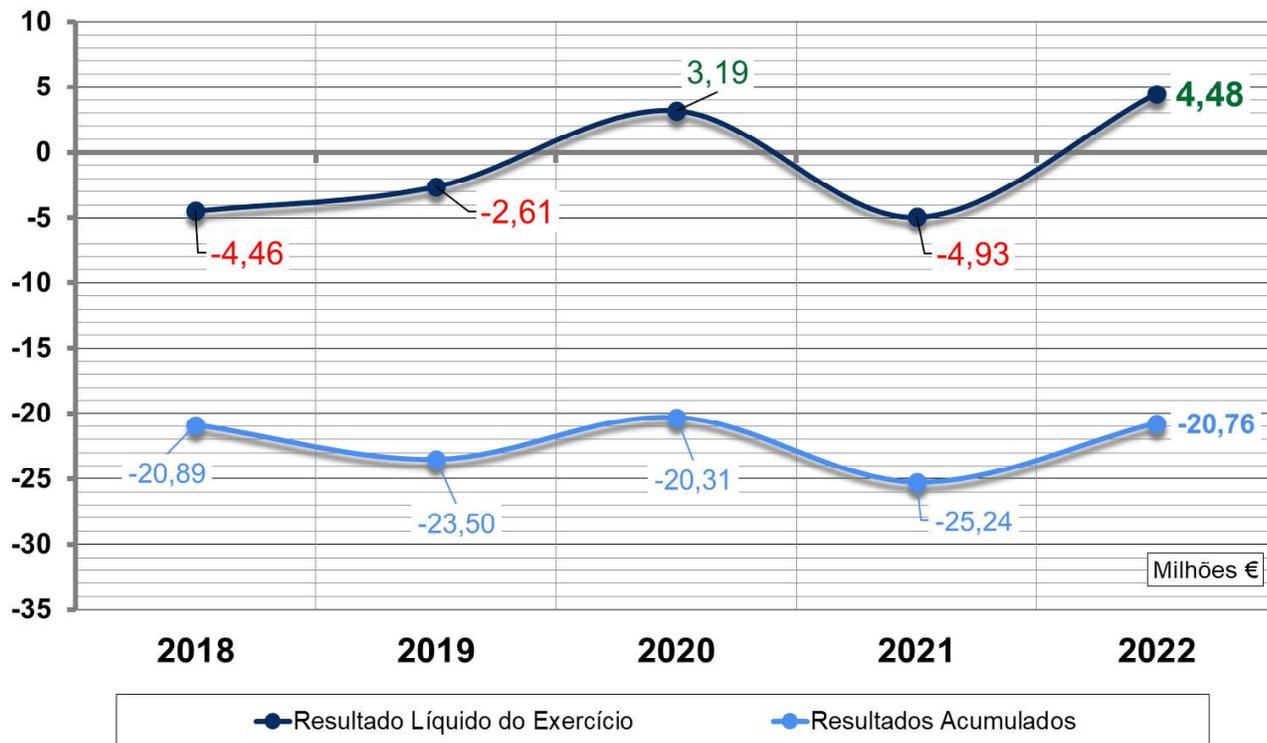
Indicadores Orçamentais
Grau de Execução Orçamental da receita
Grau de Execução Orçamental da despesa
Indicador de estrutura da receita efetiva
Indicador de estrutura da despesa efetiva
Saldo Corrente
Saldo de Capital
Saldo Primário
Saldo Global
Grau de realização das liquidações
Grau de execução das obrigações

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2022 reflete um **RLE de 4.480.681,39€**, em contraste com o RLE negativo de -4,9 M€ no período homólogo precedente. Esta variação é, essencialmente, explicada pelo saldo corrente positivo (8,2 M€), influenciado, na vertente de Ganhos e Proveitos, pelo incremento de transferências e subsídios correntes (+7,45 M€ face a 2021) reforçado ainda por uma redução global em Gastos operacionais com Pessoal e fornecimentos & serviços (-0,9 M€ face a 2021), não obstante a variação significativa no que à componente de Gastos de depreciação diz respeito (+0,47 M€ face a 2021, traduzindo um incremento de 18% deste custo contabilístico).

Destaque-se ainda, conforme refletido no gráfico 18 - que expressa o desenvolvimento de Resultados acumulados e do exercício desde a conversão das Demonstrações para o SNC-AP (2018) - a tendência de evolução dos RLE desde 2020, ainda que interrompida pela inflexão registada no ano de 2021.

Importa, relativamente a esse exercício económico, ressaltar, por lado, o impacto da conjuntura desfavorável potenciada pela pandemia Global COVID-19 e, por outro, a redução de ganhos assumida pela AR por via da não requisição ao OE de montante equivalente a um duodécimo da receita corrente (5,58 M€), cuja arrecadação se refletiria em RLE positivos de 0,65 M€ nesse ano em contraste com os -4,93 M€ verificados.

Gráfico 18 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS (2018-2022)



Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

Rácios de Liquidez	
Liquidez Geral	10,76
Liquidez Reduzida	10,37
Liquidez Imediata	0,96

Rácio de Liquidez Geral:

Representa a capacidade de a entidade cobrir os seus compromissos de curto prazo. Apresentando um valor superior a 1 – no exercício de 2022 atingiu 10,76 - indica uma muito elevada capacidade honrar os seus compromissos financeiros de curto prazo.

De igual modo, a AR regista uma situação financeira de curto prazo favorável, sem prejuízo de se conjugarem estes rácios com os tempos médios de pagamento e de recebimento verificados.

Rácio de Liquidez Reduzida

Tal como o rácio de Liquidez Geral, representa a capacidade da entidade em cobrir os seus compromissos de curto prazo, expurgando as mercadorias, sendo o seu rácio necessariamente menor que o de Liquidez Geral.

Rácio de Liquidez Imediata

Corresponde a indicador mais restrito para avaliar a capacidade de uma organização em cumprir as suas obrigações de curto prazo, constituindo um teste mais exigente aos seus níveis de liquidez.

Expressa a capacidade de pagar as dívidas correntes, num cenário de cessação imediata de rendimentos e réditos provenientes de atividades operacionais.

Traduzindo uma avaliação de muito curto prazo, um rácio próximo de 1, indica uma elevada capacidade de cumprir as obrigações, se todas as responsabilidades se tornarem exigíveis de forma imediata.

Rácios de Rentabilidade	
Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	16,02
Taxa de Margem Bruta (TMB)	-0,66
Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	7,1%
Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	6,3%

Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios

O valor positivo do rácio resulta do contributo negativo do numerador e do denominador (RO/VN), considerando que o Resultado Líquido do Exercício (RLE) é em grande medida explicado pelo EBIT (*Earnings before interest and taxes*).

Nestes termos e perante um RLE praticamente idêntico ao Resultado Operacional e operações financeiras residuais, entende-se a proximidade de valores entre os dois termos.

O EBIT como indicador traduz o Resultado Operacional da AR, isto é, a relação entre rendimentos e ganhos operacionais e após depreciações e amortizações.

Taxa de Margem Bruta

O rácio apresenta um valor de **-0,66** traduzindo, ao ser inferior a 1, que a entidade incorre em gastos superiores aos rendimentos nas operações geradoras de receita. Este é, contudo, um cenário normal e expectável em entidades não comerciais ou industriais e, por génese, sem fins lucrativos.

Rentabilidade do Património Líquido

A evolução para um RLE expressivamente positivo justifica a inversão deste rácio para terreno positivo (7,1%) face a 2021 (-8,2%), sendo o valor residual do rácio justificado pelo elevado valor do património líquido.

Rentabilidade Operacional do Ativo

De forma idêntica, o EBIT ou resultado Operacional positivo em 4,1 M€ justifica os 6,3% alcançados em 2022, sendo que, a sua expressão residual se justifica pelo elevado valor do ativo.

NOTA: Os valores apresentados nos rácios de rentabilidade, traduzem atividade essencialmente não comercial e não industrial desenvolvida, assim como a função única desempenhada pela AR na sociedade e a sua orientação para o bem e benefício público em detrimento do lucro. A criação de valor gerada pela AR traduz, de facto valores de *goodwill* intangíveis e não capturados nos rácios de rentabilidade tradicionais.

Rácios de Atividade	
Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,004%
Prazo Médio de Inventários (PMI) Total	4,2 d
Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	7,3 d

Grau de Rotação do Ativo

Apresenta um valor residual de **0,004** indicando uma contribuição quase nula do ativo para as vendas. De referir ainda que a variação deste indicador face a 2021 (60%) reflete a redução de atividade que caracterizou aquele ano.

Prazo Médio de Inventários (PMI)

Este rácio permite avaliar o prazo médio de permanência de inventários em armazém, traduzindo-se no período médio que cada artigo permanece em armazém antes da sua venda ou consumo. Este rácio tem vindo a corrigir desde 2020 (de 21 dias em 2020 para 10,1 dias em 2021) em reflexo do forte constrangimento à normal atividade da Livraria Parlamentar durante o período COVID, retornando em 2022 a valores normalizados (4,2 dias) e mesmo inferiores aos registos históricos médios (+/- 10 dias).

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Através deste rácio podemos concluir que a AR demora, em termos médios, cerca de 7,3 dias a cumprir com as suas obrigações perante os seus fornecedores, registando um incremento do prazo verificado em 2020 e 2021, respetivamente, 4,9 dias e 3,1 dias.

Ainda que este indicador não seja influenciado pelo aumento de transações verificadas em 2022 (substancialmente superiores às verificadas nos dois anos precedentes), é fortemente influenciado pela concentração do volume de operações num período de tempo reduzido, conforme se verificou no ano transato, atento ao forte incremento de atividade registada no último quadrimestre em sequência do fim dos constrangimentos provocadas pela pandemia COVID-19 a partir do 2º quadrimestre.

Rácios de Estrutura Financeira	
Autonomia Financeira	0,96
Solvabilidade	24,93
Grau de cobertura dos gastos financeiros	31 908
Endividamento	0,04

Autonomia Financeira

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2022 aumentou de 0,80 para 0,96, representando total autonomia e superando o exigido, face a um valor referencial de boa prática igual ou superior a 0,33.

Endividamento

O indicador da dependência financeira, aqui denominado por **Endividamento** (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2022, um valor de 0,04, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

Solvabilidade

O rácio de solvabilidade traduz a capacidade de uma organização em pagar os seus compromissos devendo o seu valor ser, preferencialmente, superior a 0,5. No exercício de 2022 a AR apresenta, para este indicador, um valor de 24,93, quintuplicando o valor registado em 2021 (3,95) e praticamente dobrando o seu registo de 2020 (14,41) traduzindo um forte indicador de robustez financeira crescente.

Grau de cobertura de gastos financeiros

Este indicador não tem expressão interpretativa pelo carácter residual dos encargos financeiros em 2022 (129,44€).

Endividamento

Indica a percentagem do passivo financiado pelo ativo, ou seja, indica a percentagem de ativos da empresa que responde pelos passivos.

Quadro resumo comparativo de indicadores económico-financeiros do triénio 2020-2022:

Indicadores Económico-Financeiros

Dimensão	Indicador	Ano 2020	Ano 2021	Ano 2022	Var.
Liquidez					
	Liquidez Geral	7,26	2,42	10,76	345%
	Liquidez Reduzida	6,92	2,34	10,37	342%
	Liquidez Imediata	0,95	0,97	0,96	-0,6%
Rentabilidade					
	Rentabilidade Operacional do Volume de Negócios (ROVN)	16,84	-26,67	16,02	160%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	-0,23	-0,39	-0,66	-68%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	4,8%	-8,2%	7,1%	15%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	4,5%	-6,5%	6,3%	13%
Atividade					
	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	0,003	0,002	0,004	60%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	21,0	10,1	4,2	-59%
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	n.aplic.	n.aplic.	n.aplic.	-
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	4,9	3,1	7,3	137%
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	n.aplic.	n.aplic.	n.aplic.	-
Estrutura Financeira					
	Autonomia Financeira	0,94	0,80	0,96	20%
	Solvabilidade	14,41	3,95	24,93	531%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	n.aplic.	n.aplic.	31908,02	-
	Endividamento	0,06	0,20	0,04	-81%

Considerando a forma de contabilização, das transferências de capital do OE para a AR, prevista pelo SNC-AP, diretamente no Balanço, não se verificaram alterações significativas com impacto na posição financeira da AR.

Indicadores Orçamentais

Apresenta-se de seguida os indicadores de natureza orçamental que permitem avaliar e analisar as relações entre as várias componentes das demonstrações orçamentais:

Despesa efetiva

Corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

Despesa primária

Corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

Despesa total

Corresponde à despesa efetiva adicionada da despesa resultante de ativos e passivos financeiros.

Receita efetiva

Corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais.

Receita total

Corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

Saldo corrente

Corresponde à diferença entre receitas correntes e despesas correntes.

Saldo de capital

Corresponde à diferença entre receitas de capital e despesas de capital.

Saldo global

Corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva.

Saldo primário

Corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros.

Indicadores Orçamentais

Grau de Execução Orçamental da receita	1,00	2021: 0,94 . Poderá apresentar valores superiores a 1 caso a receita cobrada líquida ultrapasse as previsões corrigidas,
Grau de Execução Orçamental da despesa	0,81	2021: 0,73 . Este rácio nunca poderá ser superior a 1, dado que a dotação constante do orçamento da despesa constitui o limite máximo a utilizar na realização desta.
Indicador de estrutura da receita efetiva	1,00	2021: 1,00 . Corresponde ao peso de cada uma das componentes da receita efetiva em relação à receita efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da receita efetiva.
Indicador de estrutura da despesa efetiva	1,00	2021: 1,00 . Corresponde ao peso de cada uma das componentes da despesa efetiva em relação à despesa efetiva total, ou seja, decompõe o total em cada uma das naturezas da despesa efetiva.
Saldo Corrente	-8.603.985,31€	2021: 8.221.423,90€ . A variação homologa reflete a evolução positiva de receitas OE em 2021 (para Subvenções de campanhas autárquicas 2021) contrastando com a ausência de reforço de receitas OE 2022 para suporte da despesa com subvenções de campanhas Legislativas 2022 e atualizações IAS (asseguradas com Saldos transitados 2021 e Saldo gerência AR)
Saldo de Capital	-1.194.356,42€	2021: -1.760.035,81€ . Variação homologa reflete o aumento de receitas de capital de 2021 para 2022 (644 mil euros), face um aumento de despesas de capital substancialmente inferior no mesmo período (79 mil euros)
Saldo Primário	-9.636.607,10€	2021: 6.571.908,98€ . Variação homologa traduzida pelos fatores mencionados nos saldos anteriormente abordados.
Saldo Global	-9.640.607,22€	2021: 6.569.172,99€ . Variação homologa traduzida pelos fatores mencionados nos saldos anteriormente abordados.
Grau de realização das liquidações	1,00	2021: 1,00 . Este rácio compara a receita cobrada líquida com as liquidações emitidas de determinada entidade.
Grau de execução das obrigações	1,00	2021: 1,00 . Este rácio compara a despesa paga líquida com as obrigações assumidas de determinada entidade.

Em complemento aos saldos acima apresentados em observação do modelo de prestação de contas preconizado pela Norma Técnica n.º1/2017 e pela Instrução n.º1/2019 do Tribunal de Contas, salienta-se que o **Saldo de Gerência da AR a 31/12/2022** é de **26.019.342,43€**, (conforme Demonstração do Desempenho Orçamental para o exercício de 2022), dos quais 26.018.341,11€ correspondem a saldo da AR, 1.000,00€ refletem saldo de transferências gerais OE não requisitadas pelo Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida e 1,32€ o saldo de subvenções aos partidos políticos na posse da AR.

Nota Final

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 31 de março do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.

Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-Geral
Maria João da Silva Costa

Adjunto do Secretário-Geral
Rui José Pereira Costa

Direção de Apoio Parlamentar
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio ao Plenário
Vasco Eduardo Gonçalves Cipriano

Divisão de Apoio às Comissões
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Divisão de Redação
Fernando Carlos Marques Pereira

Direção de Informação e Cultura
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Nuno Miguel Fialho Broco Madeira Amorim

Biblioteca
Maria João Gonçalves Nunes Amante de Matos Trigo

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Divisão de Edições
Maria Teresa da Silva Paulo

Divisão Museológica e para a Cidadania
Cristina Maria Realinho Ribeiro

Direção Administrativa e Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Recursos Humanos e Formação
Laura Teimão Lopes Costa

Divisão de Gestão Financeira
Helder Constantino Silveiro Barreto

Divisão de Aprovisionamento e Património
Nuno Miguel dos Santos e Silva Vieira

Direção de Relações Internacionais, Públicas e de Protocolo
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais e Cooperação
João de Campos Nascimento Coelho

Divisão de Relações Públicas e Protocolo
Maria Manuela Azóia Lopes

Direção de Tecnologias de Informação
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Divisão de Infraestruturas Tecnológicas
Jorge Filipe Marques Félix

Divisão de Sistemas de Informação
Nuno Filipe Ávila França

Gabinete de Controlo e Auditoria
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Gabinete de Comunicação
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral